

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

VALENÇA, Elio Belarmino . Elio Belarmino Valença (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 55min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP e AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Elio Belarmino Valença
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão;

Levantamento de dados: Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Sérgio Lamarão;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Brasília - DF - Brasil;

Data: 06/12/2005

Duração: 1h 55min

Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "O petróleo na sociedade brasileira", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre setembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração de um livro sobre a história do petróleo na sociedade brasileira, desde seus primórdios até a criação da ANP, no final da década de 1990, com ênfase na legislação elaborada ao longo do período. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro: "História social do petróleo no Brasil". / Regina da Luz Moreira e Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: s. e., 2005. Inédito. A escolha do entrevistado se justificou por seu cargo de Coordenador Geral de Abastecimento da ANP.

Temas: Álcool; Atividade profissional; Conselho Nacional do Petróleo; Governo Fernando Collor (1990-1992); Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; Legislação; Legislação tributária; Petrobras; Petróleo;

Sumário

Entrevista: 06.12.2005

Fita 1-A: A entrada do entrevistado no Conselho Nacional do Petróleo (CNP), depois Departamento Nacional do Combustível (DNC), como fiscal de combustíveis em 1979; comentários sobre a atuação e o trabalho no CNP; comentários sobre o programa Pró-Álcool; a estrutura, a divisão dentro do CNP e a presença de militares nas diretorias; comentários sobre a fiscalização exercida pelo CNP; o convênio do CNP com o INMETRO; o Imposto Único como fonte de renda do CNP; a relação entre o CNP e a Petrobras.

Fita 1-B: A relação entre o CNP e a Petrobras; comentários sobre a crise de produção do álcool; a repercussão da crise do álcool no CNP; comentário sobre a extinção do CNP; a revogação do decreto que criou o Pró-Álcool; comentários sobre a revista Atualidade CNP; a saída e, logo depois, a volta ao CNP.

Fita 2-A: O retorno do entrevistado ao CNP, que passava por um momento de transição; as principais mudanças em termos de atribuições entre o CNP e o DNC; o processo de desregulamentação durante o governo de Fernando Collor; a destinação e prestação de contas do dinheiro oriundo do Imposto Único; a criação do DNC e a incorporação das atividades da CNP; comentários sobre as micro e pequenas destilarias incentivadas na década de 1980; a atuação de Marcelo Guimarães Mello no DNC; o início do trabalho como coordenador de abastecimento no DNC.

Fita 2-B: Comentário sobre os requisitos para as distribuidoras atuarem no mercado brasileiro; o DNC como órgão de transição e o modelo para a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP); a saída de Paulo Motoki do DNC e a entrada de Ricardo Pinto Pinheiro; comentários sobre a ANP.

Entrevista: 06/12/2005

SÉRGIO LAMARÃO – Brasília, seis de dezembro de 2005, projeto Agência Nacional do Petróleo. Entrevistado: Doutor Élio Belarmino Valença. Entrevistador: Sérgio Lamarão. Vou te chamar de Doutor Élio porque é praxe...

ÉLIO BELARMINO VALENÇA – Ah, tá.

SL – Doutor Élio, nós sabemos que o senhor teve uma trajetória bastante longa na área de atuação do CNP, depois DNC. Eu gostaria que o senhor rapidamente falasse em que circunstâncias o senhor chegou – e quando – ao CNP.

EBV – Bom, Sérgio. Eu entrei no Conselho Nacional do Petróleo como fiscal de combustíveis em julho de 1979 e fiquei nessa área. Concurso, concursado. Fiquei nessa área de... na fiscalização até 1981, passei para ser assessor de álcool do diretor de abastecimento, chamado Coronel Volovski. Depois fui promovido a chefe de Divisão de Combustíveis. Resumindo, saí de lá como coordenador de abastecimento, que hoje seria um diretor de abastecimento, já no início da gestão do Fernando Henrique Cardoso.

SL – Nesse momento já era o Departamento Nacional do Combustível.

EBV – Já era o Departamento Nacional do Combustível e eu saí em setembro de 1995. Me privatizei, pedi demissão e me privatizei.

SL – Vamos voltar, então, para esse momento inicial. O senhor chega lá... Já estamos na metade da gestão do General Oziel Almeida.

EBV – É. O general saiu em mil novecentos...

SL – ...e oitenta e cinco.

EBV – É.

SL – Na passagem, né?

EBV – Exatamente.

SL – Então, esses cinco anos da gestão do General Oziel... Doutor Élio, eu gostaria que o senhor falasse quais teriam sido, na sua avaliação, as principais medidas tomadas pelo CNP, principais problemas enfrentados pelo Conselho, como o Conselho estava estruturado, se houve alguma mudança importante nesse período em termos organizacionais.

EBV – Nesse período o que eu achei mais relevante foi a estruturação da fiscalização do Conselho Nacional do Petróleo, a contratação de vários engenheiros, em função da crise do petróleo, para otimizar o consumo de energia de modo geral no país, principalmente o óleo diesel e combustíveis. Foi criado lá um órgão chamado CEBT, que era Comissão de Estudos de Bases e Terminais. Todos os agentes que trabalhavam na CEBT eram engenheiros e eles visitavam, inclusive, as fábricas, as indústrias, para otimizar o consumo do óleo combustível, óleo diesel principalmente. Porque a gente, naquela época, não tinha muita noção da energia elétrica e se consumia muito o BPE, que era o óleo combustível. Então, essas duas é que eu acho... E a criação do Pró-Álcool também, que o General Oziel deu uma força. O Conselho Nacional do Petróleo, com o MME, deu uma força muito grande. Já em 75 o General... O CNP já participava e ele foi voto vencido porque ele queria que o álcool fosse direcionado para o transporte coletivo e de carga e o Ministério da Indústria e Comércio na época e o IAA, que tinha mais conselheiros dentro do conselho lá, que era o Conselho Nacional do Álcool, chamado CNAL... E o General Oziel era uma pessoa só, né? Aí o Ministério das Indústrias e Comércio tinha mais de um órgão e ele foi voto vencido e o álcool foi direcionado mais para carro de passeio do que para carro de transporte de carga e coletivo. E, fora isso, que eu me lembre, assim... Eu acho que esses foram os pontos bastante importantes na época da gestão do General. Teve outro fator importante que... Foi importante para a União. Mas para os municípios, como eu te adiantei, foi quando foi votada a emenda Passos Cortes... Passos Porto, que ia ser direcionado um percentual do Imposto Único do Combustível, na época, para os municípios, para fortalecer os municípios. E nessa época o dinheiro era todo... O dinheiro arrecadado no Imposto Único era colocado na conta do Banco do Brasil do CNP. E para evitar

que esses recursos fossem direcionados para os municípios, o General Oziel, junto com o Presidente Figueiredo e mais o Delfim Neto determinaram que esses recursos todos fossem colocados numa conta da Petrobras, numa conta específica. Depois deram o nome de FUP, né, que era o Fundo de Petróleo, e a FUPA, que era o Fundo Pró-Álcool. E isso perdurou até bem recentemente, acho que até 97, se eu não me engano. Depois foi criado [SIC] outras siglas que eu não...

SL – Só para esclarecer: Essa emenda... Houve, então... Os recursos que ficavam na conta do CNP foram transferidos para a Petrobras. A Petrobras que passou a gerir esses recursos.

EBV – Isso. E prestava contas ao CNP.

SL – E antes como é que era? Antes, quando o dinheiro estava na conta dele, o que o CNP... Como é que era o uso, a utilização desses recursos? Que fins esses recursos tinham?

EBV – Esses recursos eram direcionados... Tinha várias [linhas], de A até G, se eu não me engano... ou H. E aí ia para pagar pessoal, ia para pagar os fretes. Porque naquela época tudo era subsidiado, né? O frete do álcool, de coleta do álcool, transferência do álcool de uma base para outra, de um estado para outro, frete de cabotagem, tudo era pago pelo DNC... pelo CNP. Então era subsidiado tudo. Não era só o álcool, né? A gente pagava... O CNP pagava também o frete dos combustíveis derivados de petróleo. Todos. E o GLP também era altamente subsidiado até recentemente, que era o gás de cozinha, né? Que o CNP que pagava a diferença para a Petrobras porque a Petrobras... Só tinha a Petrobras, né? Inclusive os combustíveis das outras duas refinarias privadas, que eram da Ipiranga e da Manguinhos, entravam como se fosse produção da Petrobras porque o subsídio era pago pela Petrobras, né? Menos o transporte, né? Porque o transporte tinha a rede ferroviária, a Vale do Rio Doce também, a gente utilizava o transporta da Vale do Rio Doce para transportar combustíveis e álcool... combustíveis derivados do petróleo e álcool...

SL – O oleoduto entra nesse cálculo também?

EBV – O oleoduto entra. Inclusive o CNP financiava a construção dos oleodutos. E tinha um período de amortização: vinte anos, dez anos, uma coisa desse tipo.

SL – Mas os oleodutos eram todos da própria Petrobras?

EBV – Da própria Petrobras. Porque mesmo a iniciativa privada construindo um oleoduto ou um gasoduto, depois de um certo período ia para a mão da Petrobras, acabava indo para a Petrobras. O cliente usava... Eu acho que não tem isso. Estava na legislação, mas nunca ninguém construiu um gasoduto ou um oleoduto privado. Normalmente era o governo, através da Petrobras. E a tancagem do álcool, que foi construída nos terrenos, nas bases da Petrobras, nos centros coletores da Petrobras, foram todos financiados com dinheiro do Pró-Álcool. Hoje essa tancagem é da Petrobras, mas na época foi todo financiado pelo Pró-Álcool.

SL – Nesse primeiro momento, o programa é que financiou a instalação dessa infraestrutura, né?

EBV– Isso, exatamente. E outra coisa importante que eu considero para o sucesso do Pró-Álcool foi a logística montada pelo Conselho Nacional do Petróleo, mesmo sendo rodoviário — porque até hoje a gente ainda transporta muito combustível pela rodovia —, é que a gente trazia das refinarias que ficam na parte... quase na orla marítima do país para o interior, a gente trazia esses derivados e voltava com o álcool. Então a gente otimizou o frete do álcool.

SL – O mesmo caminhão pode fazer o transporte do álcool e...

EBV – Pode.

SL – Não tem nenhum... Nenhuma contra—indicação?

EBV – Não. A contaminação pode ser até três por cento de hidrocarboneto, ou diesel ou gasolina, no álcool. Os dutos também. Você pode ter essa contaminação porque os dutos são polivalentes, né? Eles levam vários combustíveis, inclusive álcool. E isso foi graças ao Conselho Nacional do Petróleo, que montou essa logística de abastecimento do país todo.

SL – Quer dizer, isso desde... Porque o Pró-Álcool é de 75.

EBV – Foi.

SL – Ele vai numa linha crescente...

EBV – O CNP só entrou no Pró-Álcool em 78, 79. Era o IAA que cuidava da distribuição, das cotas das usinas. Era o IAA: Instituto do Açúcar e do Alcool.

SL – Depois o CNP substituiu integralmente?

EBV – Integralmente. Na parte de distribuição. De produção, não. De produção o IAA continuou até o Fernando Collor...

SL – Terminar com o IAA [risos].

EBV – Isso, isso. Extinguir.

SL – Então, pelo que eu estou percebendo em relação àquela... Eu achei um ponto interessante, talvez o senhor possa detalhar mais. A contratação desses engenheiros se deu em virtude exatamente de todos...

EBV – Da crise.

SL – Da crise do petróleo e de uma preocupação mais geral do governo de economizar energia.

EBV – Exatamente.

SL – Quando o senhor falou em otimizar é isso. Dar um uso mais econômico. Então o CNP, de alguma maneira, a estrutura dele mudava quando as conjunturas mudavam de uma forma muito

pesada. O CNP sofria isso na carne e tinha que se adaptar. O senhor está lembrado dessa estrutura? Nós temos lá no Rio até nível de departamento... Era departamento o DNC?

EBV – Do CNP? Não.

SL – Qual era a grande divisão? Era diretoria, né?

EBV – Era diretoria. Tinha os diretores, né? Tinha o presidente, tinha o conselho. Tinha os diretores, tinha a secretária executiva do conselho, tinha todas diretorias: planejamento, preço, abastecimento, fiscalização. Não tinha civil: todos os diretores eram militares, coronéis e generais.

SL – Em geral do Exército, né?

EBV – General do Exército. Não, mas tinha também da Marinha e da Aeronáutica. O conselho...

SL – O conselho eu sei.

EBV – O conselho tinha... Cada ministério tinha...

SL – Eu digo assim: no dia—a—dia do órgão. Era mais o Exército?

EBV – Era. Porque o presidente era do Exército? Ele foi inclusive professor. General Oziel foi professor do Figueiredo lá na Agulhas Negras, quando eles faziam os cursos deles lá. Então eles eram muito ligados. Mas a preocupação dos militares na época, como eles eram muito e são nacionalistas, era em garantir o abastecimento das indústrias e da população. Essa era uma preocupação que o General Oziel tinha e era transmitida para todo o CNP na época. E a gente tinha... Quando eu entrei na fiscalização, para você ter uma ideia, a gente viajava de carro e, como os postos eram proibidos de abrirem – só abria até seis da noite – , a gente ficava nas rodovias fiscalizando os postos para ver se tinha ou não algum posto aberto. E às vezes a gente tinha que apelar para a Polícia Federal porque a gente não podia andar armado.

SL – Então o CNP não tinha poder de polícia.

EBV – Não, só de fiscalizar e orientar. As multas eram pouquíssimas porque a gente tinha que primeiro orientar para poder multar. No primeiro momento era orientar. Depois é que vinha, numa segunda fiscalização, é que vinha a autorização para a gente multar ou fechar e interditar.

SL – O senhor falou que esse também foi um momento de reestruturação ou estruturação do próprio setor de fiscalização.

EBV – Foi.

SL – Como é que era antes?

EBV – Quando eu entrei no CNP o quadro era muito reduzido. Tinha 28 ou 38 fiscais. Houve um concurso, foram aprovados... dos oitocentos, oitocentos e poucos concorrentes, tiraram 48 só. No fim ficaram 128. Os outros eram militares, que entravam... a gente chamava “pela janela” e que ficavam muito chateados. Esses militares, inclusive, andavam armados. E a gente não podia andar armado.

SL – Eram militares da ativa?

EBV – Não. Já eram...

SL – Eram pessoas mais velhas os civis, então.

EBV – Exatamente. De um modo geral... Tinha um ou outro que extrapolava, mas a fiscalização era muito tranquila. Mas era um perigo enorme porque você ficava rodando nas rodovias e sujeito a um monte de coisas: acidente de carro...

SL – O CNP tinha uma frota própria? Com autenticação e tudo?

EBV – Tinha, tinha, porque o CNP tinha escritórios. Na região norte era em Belém; no nordeste ele tinha em Recife e em Salvador; no Sul ele tinha em Porto Alegre e Santa Catarina, que era em Blumenau, se eu não me engano, por conta da... Tinha uma mina de carvão lá.

SL – É em Criciúma.

EBV – Criciúma, exatamente. E tinha em São Paulo, aqui em Brasília, que era a sede, e no Rio de Janeiro.

SL – Belo Horizonte não tinha.

EBV – Não tinha. Depois é que abriram em Belo Horizonte.

SL – E para o Centro—oeste?

EBV – Não tinha porque era Brasília. A matriz era aqui, então tinha que...

SL – Esse número de fiscais é um número ridículo.

EBV – Era, era. Mas a ideia do General Oziel era ter 300 fiscais. Só que ele saiu antes. E aí, de lá para cá, só diminuiu. Hoje tem 38, parece. Agora, com esse concurso, os fiscais antigos estão treinando esse pessoal que está entrando também para fiscalizar. Eu não sei se legalmente isso está correto ou não. Porque os fiscais que estão aí... o concurso foi específico para fiscalização. O que a gente lamenta, abrindo um parêntese, é que na época que o Paulo Motoki era diretor do DNC a ideia era que a ONP tivesse um quadro de auditores de combustíveis e não como foi feito posteriormente. Mas isso aí é outra história e outro livro.

SL – É outro livro. E essa fiscalização... O gás era fiscalizado também?

EBV – Era.

SL – Os fiscais fiscalizavam tudo.

EBV – Tudo. Fiscalizavam as várias distribuidoras de combustíveis líquido e gasoso e as refinarias também. O gasoso é o GLP. A gente fiscalizava as bases, fiscalizava os postos revendedores de gás de cozinha. Tinha muita apreensão de botijão na época. Porque o problema é igual a hoje. Hoje é até mais sério porque a população aumentou muito e os postos, os pequenos revendedores que não são credenciados, não são fiscalizados... aliás, não são autorizados pela ONP... A quantidade é muito maior do que naquela época. Naquela época a gente já tinha muito problema. E com o desemprego isso aumenta muito, viu, Sérgio? Porque, se você ganha cinco reais, dois reais em um botijão, é uma renda que você está tendo ali. Nas favelas raramente você vai encontrar um posto de revenda de gás de cozinha credenciado pela ONP.

SL – Quer dizer, é um universo não dimensionado, né?

EBV – Exatamente. Porque o cliente, se ele chegar com dinheiro em uma base de uma distribuidora de GLP ou em um posto credenciado, não tem limite para você comprar botijão cheio. Você chega com os vazios, você chega com dez, vinte, trinta, o cara vai e te vende. Ele é obrigado, pelo código de defesa do consumidor. Sabe, ele não vai perguntar: “— Você vai fazer o que com esse botijão? Vai explodir um shopping? Vai explodir uma rodoviária?” Ele não quer saber disso. Aí ele leva para o morro e vai vender.

SL – E nessa diferença...

EBV – Ele vai ganhar cinco, dez reais, dependendo do local. Então, hoje isso aumentou para caramba porque os fiscais diminuíram e a população aumentou e os problemas sociais do país aumentaram. E sempre vi ter isso em maior ou menor quantidade. O país é enorme e a fiscalização é muito pequena. A estrutura da ONP é muito pequena para o tamanho do país. Mesmo ela sendo, como foi classificada agora pela ex—ministra de minas e energia, só para regular. Ela é um órgão regulador. Ela faz as normas, fiscaliza aquilo, mas ela não cuida mais de abastecimento, de todos os combustíveis que tem, inclusive o GLP. Ela cuida mais de concessão, está preocupada mais com concessão. E o Ministério criou órgãos paralelos, iguaizinhos aos que tem na ONP. Tem diretor de abastecimento, tem diretor não sei de quê, de

combustíveis renováveis. Mas eles também não chamam a Petrobras nem as distribuidoras para uma reunião mensal ou semestral para saber... Olha, quando a gente tinha isso, a gente sabia o que estava acontecendo no mercado porque os agentes falavam para a gente. Mesmo que a gente não estivesse presente lá, numa reunião dessa o cara falava: “— Olha, Élio, o fulano de tal está desviando produto, está comprando álcool clandestino. Tem um cara lá adulterando produto”.

SL – Mas isso já foi lá na época do DNC.

EBV – Do DNC e CNP até a entrada do Ricardo Pinto Pinheiro em agosto de 95.

SL – Tudo isso é do DNC?

EBV – Do DNC é.

SL – Voltando ao CNP e tentando... Aquela lacuna que eu te falei.

EBV – Da fiscalização.

SL – É. Você acha que... O senhor acha que os resultados foram...

EBV – Foram positivos.

SL – Houve um aumento do quadro e...

EBV – Houve. A fiscalização era toda centralizada em Brasília. Nós tínhamos convênio para logística de... Isso já a posteriori, mas ainda no CNP. De alocação de veículos com motorista, que era o INMETRO. Nem era INMETRO na época, era INPM, eu acho... INPI...

SL – Pesos e Medidas, INPM.

EBV – Isso, INPM. Ele dava o carro e dava o motorista para a gente. Porque antes disso o motorista era nosso e os fiscais eram nossos. A gente andava sempre em par, nunca era sozinho, e com veículo nosso. E saía de Brasília ou de avião ou de carro. Quando ia para viagem longa, ia de avião. E o escritório regional nos pegava. E depois foi feito o convênio com o INMETRO já, já era INMETRO, para ele fiscalizar. Só que deu um problema seríssimo, apesar de ser órgão de governo. Porque o INMETRO cobra. Para aferir uma bomba ele cobra, recebe na hora e emite uma nota. E a nossa fiscalização do CNP não era assim. Você emitia um boletim de fiscalização ou um boletim de ocorrência ou um termo de... como é que chama aquilo? Uma interdição, vinha para Brasília, analisava e depois é que era emitido o auto de infração. A gente poderia também emitir o auto de infração na hora. O cara já ficava com ele e tinha lá os prazos para fazer a defesa. E o INMETRO não faz isso. Ele fiscaliza, ele multa – se for o caso de multar – quando ele faz a aferição da bomba e cobra pela aferição e recebe na hora. E o CNP não podia fazer isso, como hoje também não pode. Então não deu certo esse convênio.

SL – Mas quando foi isso? É interessante esse convênio com o INMETRO.

EBV – Isso já foi em... Eu já não era mais fiscal, viu, eu já estava como assessor do álcool. Isso já foi em 84, 85, por aí. Foi quando a gente teve aquele *boom* de crescimento de combustíveis do Plano Funaro. 85, 86.

SL – Talvez 86.

EBV – Do Plano Cruzado.

SL – Ah, tá. Então já foi o General Roberto [França]. Cláudio Roberto.

EBV – É. Mas, olha, não durou nem um ano porque... Não, foi o General Oziel que fez. Já no final do dele. Mas não durou um ano porque gerou um monte de denúncias de corrupção. Então, quando a ONP fez esses convênios aí, alguns convênios para ver preços de produtos nos postos, eu falei: — “Ih, esse negócio não vai dar certo”. Mas eles têm até hoje esses convênios aí para pesquisa de preço. Então voltou tudo atrás, né? Durou menos de um ano esse convênio.

SL – Era um convênio em âmbito nacional, né?

EBV – Em âmbito nacional. E aí ficou restrito ao motorista e ao veículo.

SL – O CNP pagava alguma coisa ao INMETRO?

EBV – Pagava.

SL – Doutor Élio, uma coisa que me chamou atenção: quando eu perguntei para o senhor o destino dos recursos do Imposto Único. O Imposto Único era a única fonte de renda do CNP?

EBV – Era. Do CNP, era.

SL – Isso desde sempre?

EBV – Desde sempre.

SL – Desde 38. Quer dizer, o Imposto Único é depois de 38, mas desde a instalação, desde a criação do Imposto Único, essa é a fonte de renda do CNP.

EBV – Inclusive depois que o CNP foi extinto e criado o DNC ficou uma [linha] lá que era a fonte de alimentação do órgão. Só que o Ministério da Fazenda nunca aceitou isso porque o órgão ficava muito independente financeiramente, sabe? E a Maria Auxiliadora tentou, o Paulo Motoki que... A Maria Auxiliadora porque conhecia profundamente como funcionava o negócio. Depois os outros entraram, não conheciam, ficou esquecido. Depois o Paulo Motoki, que também conhecia, tentou e até conseguiu alguma coisa. E, mais recentemente, alguém da ONP ligou para mim perguntando como é que fazia para resgatar isso. A gente deu umas dicas e eles foram lá para o Ministério da Fazenda, mas pelo visto eles não tiveram êxito porque a ONP continua com o orçamento bem restrito.

SL – Ela tem uma outra fonte também. Uma coisa em cima dos poços. Eu me lembro que recentemente um dos depoentes comentou isso...

EBV – Mas acho que é multa que vai para o Tesouro Nacional e volta depois para a ONP um percentual daquelas multas, da arrecadação.

SL – Mas vem muito menos do que estava previsto.

EBV – Ah, muito menos.

SL – Muito, muito, muito menos. E a Petrobras nesses anos? Nesses anos do General Oziel...

EBV – Bom, a Petrobras era muito afinada na época que os militares estavam no poder porque tinha o monopólio mesmo de fato e de direito e o CNP era muito forte porque eles eram generais e tinham uma afinidade muito grande com o presidente da república. O ministro de minas e energia optava muito pouco nas decisões, ou quase nada, nas decisões do Conselho Nacional do Petróleo. E a Petrobras, quando foi criada, o patrimônio que era do CNP foi todo direcionado para a Petrobras. Então a Petrobras tinha esse respeito, eu acho que mais em função desse negócio, desse favor, dessa coisa. Porque tudo era empresa do governo.

SL – É lei 2004, né? A lei determinou isso.

EBV – Isso. Então a Petrobras respeitava muito o CNP. Mas depois que foi criado o DNC acabou toda essa coisa e ela sempre foi muito independente, né? Mesmo na época do CNP. Tinha um respeito muito grande, mas o CNP tinha uma rédea muito curta com relação à Petrobras.

SL – Essa rédea curta se manifestava de que forma?

EBV – Com relação aos estoques que ela tinha que manter. Depois isso foi relaxado, mas ela tinha 45 dias de petróleo. Hoje não precisa porque a gente está quase independente.

SL – Ela tinha de fazer estoque.

EBV – Tinha. Quarenta e cinco dias.

SL – E o CNP fiscalizava isso.

EBV – Era.

SL – Esse estoque, em geral... Essa estocagem era onde?

EBV – Ficava nas refinarias.

SL – Nas próprias refinarias?

EBV – É, naqueles tanques enormes que tinha lá e em navios em trânsito também. Mas o petróleo começou a ficar caro e não tinha dinheiro para manter esse... mobilizar tanto dinheiro assim.

SL – 45 dias. Os prazos foram reduzidos?

EBV – Foram reduzidos para trinta, depois para vinte. Mas hoje a gente... Nem um terço a gente depende mais do exterior, né? Naquela época eu acho que a gente tinha um terço de produção interna. Então era uma diferença...

SL – Não, hoje é muito menos de um terço. Pelo que eu...

EBV – Ah, é muito menos. O GLP era 33%, eu acho que deve estar na faixa de uns 20. O diesel era 20, parece que está só no 8 ou 10. São oitocentos milhões só de litros por mês. O diesel eu acho que a gente está consumindo dois bilhões por mês de litros. Então é pouca coisa. Não dá nem um terço.

SL – Porque eu estou me lembrando agora que uma das poucas coisas que nós conseguimos levantar da gestão do General Oziel foi uma crise que houve entre o CNP e a Petrobras por

conta de uma denúncia do General Oziel de que a Petrobras estava adicionando mais álcool do que o devido na gasolina. Isso deu até uma matéria na VEJA. O senhor está lembrado disso?

EBV – Não. Veja bem: a Petrobras, mesmo na época do CNP, não fazia mistura de gasolina com álcool. O álcool anidro... A Petrobras comprou, era obrigada a comprar o...

[FIM DA FITA 1 – A]

SL – Essa questão do álcool e da gasolina, da mistura do álcool na gasolina.

EBV – Bom, Sérgio. A Petrobras, na época do Conselho Nacional do Petróleo e até na década de 90... O álcool anidro era todo comprado pela Petrobras. Nenhuma distribuidora poderia comprar álcool anidro. Em função da gasolina, que era produzida na refinaria, a Petrobras era obrigada pelo governo, pelo Conselho Nacional do Petróleo, a adquirir o anidro das usinas e das destilarias de álcool. Mas a Petrobras não fazia mistura de álcool anidro na gasolina. A mistura era feita na base das distribuidoras. A Petrobras vendia a gasolina e vendia também o álcool, que às vezes as distribuidoras tiraram na própria usina, nem era transportado pelos tanques da Petrobras. A gente só autorizava a Petrobras a tirar algum produto para os centros coletores, que foi aquilo que eu te falei, foram financiados pelo Pró-Álcool, quando o álcool saía, por exemplo, de Ribeirão Preto e vinha aqui para Brasília ou para Goiânia ou para Belo Horizonte... é que era autorizado à Petrobras coletar na usina, ia para o centro coletor, do centro coletor era transferido para o resto do país, para o resto da região centro-sul, no caso. Mas a Petrobras, a Petróleo Brasileiro S.A. não fazia a mistura. Quem fazia a mistura eram as distribuidoras. Talvez esteja...

SL – A [inaudível] fazia.

EBV – Ah, sim. Talvez esteja havendo uma confusão com a BR. E aí é possível, sim, dela ter adicionado alguma coisa em uma base ou outra, mas não generalizado.

SL – Não, não. Foi uma coisa muito...

EBV – Pontual, né?

SL – Exatamente. Eu estou tentando localizar quando é que foi porque foi uma das poucas coisas que nós conseguimos localizar na... “Meses antes de deixar a presidência do CNP o General Oziel entrou em conflito com a Petrobras, acusando-a de entregar gasolina com 38% de álcool, ao invés dos 22% determinados por lei”. Na verdade, é a BR?

EBV – É a BR. Não é a Petrobras. Mas eu não lembro desse episódio, não.

SL – Isso foi em dezembro de 84. E deve até... Como a gente viu na VEJA, isso deve ter dado também em jornal diário. Deve ter tido alguma... E era o Shigeaki provavelmente... Não, não era mais. Era o Thelmo, aquele oficial da Marinha. Thelmo Rezende, se não me engano, o presidente da Petrobras. Que foi ministro, que foi no final... Maximiano também pode ter sido. Aí... Isso dá para eu ver exatamente, quem era o presidente da Petrobras nessa época.

EBV – Mas isso deve ter sido um ponto bem localizado. Eu não lembro desse negócio. Porque o CNP tinha alguma... O único problema que o CNP tinha, que eu me lembro, com a Petrobras, a Petróleo Brasileiro, era no reajuste dos combustíveis. Sempre tinha, aí envolvia a Fazenda.

SL – A Petrobras tinha uma expectativa de reajuste maior?

EBV – Isso. E o governo na época controlava a inflação, achava que estava controlando a inflação.

SL – O CNP cumpria ordens.

EBV – Exatamente.

SL – Ele não tinha autonomia para...

EBV – E veja só: o CNP, até determinada época, até acho que antes do Delfim entrar como ministro, o CNP é que dizia: “o preço é este” dos combustíveis. Não era a Fazenda que definia o preço. Era o CNP, Conselho Nacional de Petróleo.

SL – O CNP não consultava nenhum...

EBV – Nenhum. Ninguém. Se consultava era o presidente da república porque ele se reportava direto ao presidente. Agora, se eu não me engano, foi a partir do Delfim que falaram: “— Não, esse negócio tem que vir para a Fazenda”. E aí foi quando começou... Aí deu um monte de confusão, de briga. Porque eles controlavam a inflação. E não controlavam. A rigor preço de combustível não controla nada, né?

SL – Mas era essa a intenção.

EBV – Era essa a intenção, era essa a intenção. Então eu me lembro que tinha, às vezes, um burburinho no CNP quando ia mexer... Que era todo mês porque a inflação era alta para caramba. Às vezes toda semana, de quinze em quinze dias.

SL – É, o reajuste era frequente.

EBV – Então tinha esse negócio. Agora, a BR Distribuidora é como outra qualquer, sabe? Para mim não faz diferença. Apesar... “Não, empresa do governo”, mas...

SL – É uma lógica de mercado mesmo.

EBV – É. Para ganhar mercado faz o que as outras fazem também. Não são muito católicas não, né?

SL – [Risos] Agora... Nós estávamos falando antes sobre o Pró-Álcool, o senhor falou que o Pró-Álcool não deu muito certo no início. Agora, quando o Pró-Álcool... Quando os preços [internacionais] do petróleo começaram a cair, ainda na primeira metade dos anos 80, e a repercussão disso no Brasil foi imediata...

EBV – Foi.

SL – Aí o Pró-Álcool começou a fazer água. E o senhor, dentro do CNP, o senhor continuava ligado...

EBV – Muito.

SL – Como é que foi essa debacle do... Debacle talvez seja muito pesado, mas, enfim, essa queda da importância do álcool. Como isso repercutiu dentro da sua atividade mesmo, dentro do CNP?

EBV – Até 84... Não, até mais, até 87, 88, se eu não me engano, todo álcool que era produzido no país era adquirido, autorizado [SIC] a aquisição pelo Conselho Nacional do Petróleo, depois pelo DNC. Nós que autorizávamos isso. À exceção do volume, que era baixíssimo, 100 milhões de litros, 200 milhões de litros, que era álcool de outros fins, que ia para farmácia, para perfume, esses negócios. Até o da petroquímica a gente subsidiava. A Rodi usava, a Salgema lá no nordeste... Tinha uma lá em Pernambuco: Coperbo. Eles usavam álcool nas petroquímicas deles, inclusive para PVC, esses negócios. Eles usavam o álcool para um monte de coisas. Mas era subsidiado. A gente pagava para essas empresas também o subsídio do álcool. Tinha um setor específico das petroquímicas lá no... A Diretoria de Planejamento, que era um funcionário da Petrobras que tomava conta, chamado Edmilson. Até hoje está aqui no laboratório. Então a gente adquiria um doze avos de toda a produção. Chegava, falava assim: “—Tu vai produzir 36 milhões?”, a gente cobrava 3 milhões todo mês daquela usina. E aí foi, foi, foi, foi...

SL – Isso para quê? Isso aí era para...

EBV – Combustíveis e para petroquímica.

SL – Mas esse percentual... Por que esse percentual de um doze avos?

EBV – Porque...

SL – Devia ter algum cálculo.

EBV – Não, não era muito, era empírico. Porque a demanda tinha que ser em doze meses. Você tinha que garantir o abastecimento para doze meses. Só que a produção das usinas é em seis meses. Então ficava um gargalo danado. Elas não tinham onde armazenar e aí saiu uma norma dizendo que elas tinham que armazenar dois terços do que produziam. Tinha uma série de coisas aí. E aí a gente criou essa estocagem também de centros coletores da Petrobras porque a gente tirava o álcool das usinas e colocava nos centros coletores, que não ficavam muito distantes.

SL – E o ônus do transporte era do...

EBV – Tudo, tudo era subsidiado. Tudo, tudo, tudo.

SL – Na verdade o CNP pagava, mas ele não executava, ele não tinha mão-de-obra para fazer.

EBV – Não...

SL – Eram os próprios usineiros que faziam tudo bancado...

EBV – Pelo governo, pelo CNP. E a gente autorizava cada distribuidora a tirar um volume lá que era o mercado delas e o que sobrava ia ser armazenado nesses centros coletores da Petrobras. A Petrobras tirava a diferença. Para você ter uma ideia, em 85, 86, já nesse Plano Cruzado, né?, o governo tinha dois bilhões de litros tancados na Petrobras e o produtor tinha 3 bilhões de litros, mais ou menos isso. E esse volume todinho foi consumido, tanto os estoques nossos, que eram de segurança, ele era tratado como estoque de segurança, quanto os das usinas. Foram todos consumidos porque houve uma demanda enorme de álcool, de tudo naquela época. De material de construção, de tudo. E aí o Marcílio Marques Moreira assumiu o Ministério da Fazenda parece que em 88, não foi? 88, 89, um negócio desses.

SL – Não foi Maurício da Nóbrega não?

EBV – Não... Foi antes.

SL – Marcílio foi duas vezes ministro da Fazenda? Ele foi do Collor e foi do Sarney? Estou achando alguma coisa aí...

EBV – Não. Foi do Sarney, não?

SL – Marcílio foi do Collor com certeza. Com certeza ele foi do Collor. Agora, não...

EBV – Olha, o que eu quero te dizer é o seguinte: a região sul não podia exportar açúcar. É isso que eu quero chegar na crise de 89/90.

SL – Tá.

EBV – Aí, o usineiro, que era a Fundação que calculava...

SL – Era.

EBV – Não é? O preço dos usineiros. Eles falaram: “— Olha, ele está defasado”. Aí o Marcílio disse: “— Nós não vamos autorizar acima disso aqui por conta da inflação. Mas vocês estão autorizados a exportar açúcar”. Do sul. Porque só o Nordeste podia exportar.

SL – Ele abriu para o sul.

EBV – Abriu para o sul. Para evitar de repassar um... Aí o que aconteceu? O usineiro desviou uma parte da cana para produzir açúcar em detrimento do álcool. Quando foi em 90, no final de 89, 90, faltou álcool.

SL – A essa altura...

EBV – Aí quem já era o ministro de minas e energia era o Fialho.

SL – Vicente Fialho.

EBV – Que era político.

SL – Do Nordeste.

EBV – Do Maranhão. Eu não sei se ele era deputado ou era senador na época. Mas antes disso, em 1984, nós fizemos um relatório para o General Oziel ainda, dizendo: “Em 1990 vai faltar álcool no país”. Porque a produção de veículos estava crescendo muito e a agricultura não estava crescendo na mesma proporção. A expansão agrícola de cana, né? Mas a gente estava mais preocupado com logística e com a tancagem, que não tinha onde armazenar, do que a parte agrícola, porque isso não era uma atividade nossa, era do IAA. Mas, como o CNP participava e eu estava no abastecimento e o pessoal do planejamento trabalhava junto conosco porque tinha um setor de álcool no planejamento, a gente fez esse relatório para o General Oziel. Ele não aceitou. Ele disse que nós éramos burocratas e que a gente não... Como, se estavam sobrando cinco bilhões, como é que ia faltar em 90? Evidentemente que nem a gente sabia que ia ter aquele problema do Plano Cruzado, né?

SL – Esse aumento de demanda, né?

EBV – Repentino, né? Mas a gente estava mais preocupado com a tancagem que não tinha, que não tinha havido a expansão da tancagem... E da produção era o IAA que cuidava, a gente não estava muito preocupado. E a gente estava preocupado com o crescimento dos veículos.

SL – Quer dizer, o que houve com o álcool... Vamos ver se a gente consegue... Quer dizer, começa... O Pró-Álcool é lançado pouco depois da primeira crise do petróleo.

EBV – Foi 75.

SL – Aí vem, é um projeto bem-sucedido, o CNP é uma participação a partir de um certo momento...

EBV – Tudo subsidiado...

SL – A Petrobras também. Vem a segunda crise do petróleo, que dá um outro empurrão no Pró-Álcool. Agora, quando chega em meados dos anos 80, o que acontece? Acontece uma queda do preço do petróleo...

EBV – Isso.

SL – Acontece, ao mesmo tempo, esse aumento da demanda vem vindo porque a indústria automobilística começou a apostar as fichas nos carros a álcool.

EBV – Era o que mais vendia.

SL – Porque era o que mais vendia. E o que aconteceu? Essa demanda interna do álcool começou a cair.

EBV – Não. A produção, não a demanda.

SL – A produção, mas... Pois é.

EBV – Não, veja só. Em 84, 85, quando o petróleo baixou para caramba, as usinas que tinham sido feitas de 75 até... As usinas não, né, as destilarias que foram anexadas às usinas ou destilarias novas foram altamente subsidiadas. Os juros eram baixíssimos, do financiamento para as indústrias. Quando foi 84, 85, tiraram o financiamento. Ele foi...

SL – A construção de novas diminuiu.

EBV – Aí alguns ainda pegaram dinheiro fora e se deram mal para caramba porque tinha um... Acho que era meia nove que chamava, operação meia nove, que era... Não me lembro bem como é que era. Mesmo assim, né?, o dólar hoje é que está baixo, mas nunca foi do jeito que era na época. E aí houve uma queda, não houve expansão da produção. E as destilarias que só

tinham álcool sofreram mais do que quem tinha açúcar porque você podia direcionar a produção, como é hoje. E aí o valor do álcool começou a ser menor do que... Que aconteceu em 97 também, que era menor do que o custo de produção. Eu não me lembro... De 97 eu lembro que eles chegaram a vender álcool a doze centavos o litro, quando o custo era vinte e oito, vinte e cinco, sabe? Mas na época, em 84, não lembro o valor do litro do álcool. Mas foram duas coisas: o dinheiro, que tinha certa facilidade para as usinas e as destilarias, que o governo cortou...

SL – Ficou caro.

EBV – É, ficou caro. O preço do petróleo caiu e o Plano fez com que a demanda do álcool fosse lá para cima. Em 89, 90 faltou álcool. Foi quando a gente autorizou, o governo autorizou a mistura de metanol com álcool e gasolina, que era aquela mistura terciária que foi...

SL – Aí nesse momento também os usineiros vão jogar a produção... A cana para a produção de açúcar para a exportação.

EBV – Sim, isso, foi também isso. Até hoje a COPERÇUCAR nega. Mas o Conselho Nacional do Petróleo autuou várias usinas.

SL – Em São Paulo principalmente.

EBV – Em São Paulo principalmente, por conta disso. Isso nunca ninguém disse, mas isso aconteceu.

SL – E no seu trabalho o senhor estava vivendo essa situação?

EBV – Estava. Eu participava da reunião dos ministros com... Porque já era o General França e eu estava muito envolvido, já vinha desde 81, 82, que eu já trabalhava com álcool. Eu sempre achei, acho até hoje, que a saída para o Brasil é a agroindústria porque ele é eminentemente agrícola. Então é a agroindústria que vai alavancar, como já foi demonstrado, o crescimento do país na maior tranquilidade. Mas lamentavelmente os nossos dirigentes ficam mais nas

indústrias que ficam dentro dos grandes centros urbanos, mais do que na agroindústria. Então eu fiz questão de trabalhar no álcool porque eu sempre acreditei na agroindústria e eu acho um programa belíssimo. Evidentemente tem suas falhas, de cortador de cana, de trabalho escravo, que a turma fala... Falava mais. Agora... Empregar criança... Mas isso está sendo superado, gera muito emprego com mão-de-obra desqualificada porque tem muita gente que é analfabeta ainda, né?, e hoje está sendo mecanizada. E as pessoas têm que serem direcionadas para ocupar outro tipo de atividade. Porque o setor sucro-alcooleiro emprega muita gente de mão-de-obra, assim, braçal mesmo. Então eu acho muito importante para o país esse programa. E agora está mais ainda porque o mundo também está querendo álcool, né?

SL – É. Essa é que é a grande novidade, né? Mas a gente vai chegar lá. Vamos agora fazer até uma ponte com... Essa crise do abastecimento de álcool está colada com a subida do presidente Collor.

EBV – Exatamente.

SL – Quer dizer: então o país vivia sob o eminente colapso desse abastecimento desse produto tão essencial e ao mesmo tempo o Collor estava...

EBV – O presidente era o Sarney, né?, 89.

SL – Final de 89. Mas essa crise....

EBV – Ela se estendeu até...

SL – Ela entra 90. E nesse momento o CNP e vários outros órgãos da administração pública...

EBV – Foram extintos.

SL – Como é que foi isso? O senhor se lembra bem? Essa morte estava anunciada?

EBV – Não...

SL – Os funcionários do senhor... O senhor tinha... O senhor era funcionário de terceiro escalão?

EBV – É, era Centro de Divisão...

SL – O senhor não tinha a menor ideia do que ia acontecer?

EBV – Não. Nenhum órgão tinha.

SL – Nem mesmo a cúpula dos órgãos?

EBV – Não. Não... Não tinha. Não tinha. O discurso do presidente Collor era dos marajás. Ele não falava em desmontar órgão público nem... como foi desmontado. Não falava nada disso nos discursos dele. A partir das primeiras reuniões, ninguém era comunicado de nada. Inclusive o primeiro ministro do Collor era o Coronel Osiris, que era da EMBRAER.

SL – Era General já.

EBV – É, General. Não, Coronel Osiris. Ele era General?

SL – Era General na época.

EBV – Ele inclusive esteve no meu escritório aqui, já uma vez.

SL – É? Osiris Silva.

EBV – Isso. E ele que chamou a Dora para assumir. Mas o problema do Collor é que ele tinha uma bronca, o governo Collor, não sei se era ele pessoalmente, enorme dos militares, né? E aí... E tinha muito militar na Petrobras, no Banco do Brasil tinham alguns. Em todo lugar tinha militar, né? Na PORTOBRAS, que ele detonou também. E aí foi desmontado, mas, assim, sem avisar nada a ninguém. Inclusive continuou depois. Falou: “Vamos revogar tudo quanto é lei e

decreto”. Porque naquela época tinha muito decreto. E um dos decretos que foi revogado foi o do Pró-Álcool. Depois a gente ficou sem ter...

SL – Mas o que aconteceu com o Pró-Álcool? O que significava a revogação... era a revogação do decreto que criava o Pró-Álcool?

EBV – Sim, que criou o Pró-Álcool.

SL – Era um decreto de 75.

EBV – É, de 75. Tinha um de 79 muito importante também, que foi quando o CNP entrou, né? Que falava da comercialização, dos doze avos que eu te falei antes, falava em um doze avos, falava dos subsídios.

SL – Esse decreto de 79.

EBV – É. Eu não me lembro o nome dele, do número.

SL – É, o número. Porque aí eu corro atrás dele.

EBV – Eu não me lembro do número. No outro dia, quando esse assessor lá do Sebastião ligou para mim eu fiquei tentando lembrar. Acho que é setenta e nove mil quinhentos e não sei o quê, sabe? Quinhentos e quarenta e nove, setenta quinhentos e quarenta e nove.

SL – De setenta e nove esse decreto.

EBV – É.

SL – Porque esses decretos são do Executivo, então... De que ministério seria?

EBV – É Minas e Energia.

SL – Minas e Energia mesmo.

EBV – Era muito importante. Se a gente tivesse conversado antes, talvez eu até achasse em algum lugar esse decreto. Mas...

SL – Foi nesse momento que o CNP entra?

EBV – É.

SL – Até esse momento era IAA.

EBV – É. Mandaram converter os carros. Antes era o STI que cuidava dessa parte.

SL – Então quando chega ele revoga os dois decretos: o de criação...

EBV – Não, mas não só esse, não. Ele revogou um monte. Mas uma quantidade enorme de decreto e de lei, de coisa que era... Tinha um jargão. Era lixo autoritário, lixo...

SL – O entulho. Remover o entulho autoritário.

EBV – Isso.

SL – Mas foi ele, que engraçado. Não associava isso com ele, não.

EBV – Até os quadros, as fotografias dos ex-presidentes do CNP foram tirados e jogados lá. Depois o Paulo Motoki resgatou, mas já manchado, sabe? Porque um funcionário que era do quadro, que até hoje está lá, ele não quis jogar fora. Ele colocou numas caixas e não jogou no lixo. Mas era para jogar no lixo. A história do CNP foi toda jogada no lixo. Literalmente. Tudo, tudo, tudo. As publicações, as... Poxa, muita coisa foi jogada no lixo.

SL – O senhor tem ideia se nessa época ainda tinha aquela revista Atualidade CNP? O senhor tem registro disso?

EBV – Tinha. Aquela revista durou até quando? Eu acho que na época do General França ainda tinha aquela revista.

SL – Ainda tinha, né? Porque ela é do início dos anos setenta, finalzinho dos anos sessenta.

EBV – Eu tenho um livro aqui. Eu vou pegar. Está bem aqui em cima. Isso... Ah, você desligou, né?

SL – [inaudível]

EBV – Do CNP. Isso me deram, mas eu nunca abri para ver o que é isso. Mas era ofício, era coisa de despacho do... Está vendo? Aqui é do abastecimento, que esse era o meu diretor.

SL – O polaco.

EBV – É, exatamente. Falaram desse polaco para você?

SL – Não... Mas eu vi o nome.

EBV – Ah, é por causa do nome.

SL – Volovski... [risos]

EBV – O filho dele foi promovido agora a ministro do TRE aqui... Não, do Ministério das Relações Exteriores.

SL – Ah, é diplomata.

EBV – É.

SL – É, tudo isso...

EBV – Esse alguém me deu e eu coloquei aqui, sabe? Eu não tinha... E quando eu saí de lá, eu não levei absolutamente nada. Trouxe só acho que uma borracha e uma caneta.

SL – É, isso aqui é um período muito curto, né?

EBV – É.

SL – Isso aqui seria o quê? Seria uma amostragem do que eles faziam lá?

EBV – Do que eles faziam, é. Aqui é a assinatura do presidente, está vendo? Era tudo bem organizado. Só que eles queimaram tudo, jogaram tudo no lixo.

SL – É um período curto porque é de 81.

EBV – Esse é de 81. Está aqui.

SL – É janeiro. Quer dizer, em um mês só. Mas isso aqui acho que dimensiona bem o que era.

EBV – Era um trabalho enorme que tinha lá.

SL – Na verdade está meio fora... No carimbo é janeiro, mas a origem dos processos já é mais antiga.

EBV – Agora tinha muita coisa já microfilmada porque o General Oziel tinha mandado microfilmar. Deve ter em algum arquivo morto aí porque era fora do órgão, não era lá dentro.

SL – Ah, é? Era fora desse prédio aqui?

EBV – Que era do Ministério das Minas. Mas eu não sei se a turma se preocupou em preservar ou se ainda tem alguma coisa. Porque ele fundiu o Ministério de Minas com o Transporte, né?

SL – É, toda a área de infraestrutura.

EBV – Que foi aquela Minfra, que foi criado o tal do Minfra.

SL – Infraestrutura, é...

EBV – Que foi um negócio também doloroso. Não tinha nada a ver Transportes com Minas e Energia.

SL – Mas tudo era infraestrutura. Foi esse o critério, acho, lá. Mas, Doutor Élio, o senhor vai para casa, então, quando é criado... quando é extinto o CNP.

EBV – Sim, foi. Aí foi todo mundo demitido. Todo mundo foi demitido. Aquela equipe toda que tinha de técnicos, todos foram demitidos. Aí eu fiquei uma semana em casa. Quando foi no sábado meu irmão chegou lá me chamando, que o ministro tinha ligado. Eu não estava em casa, eu estava no sítio. Aí eles foram lá preocupados porque o ministro queria falar comigo. Aí eu: “— Fui demitido”.

SL – O próprio Osiris?

EBV – É. “— Eu não tenho nada a ver com o Ministério de Minas e Energia. Eu fui demitido. Eles que procurem outro. “— Não, mas o ministro quer falar com você” e tal. Aí eu fiquei até domingo, tranquilo. Quando foi na segunda de manhã, aí eu vim para Brasília. Aí telefonei porque eles tinham me mandado o telefone. E quem atendeu foi o Paulo Ximenes, eu acho, que era o secretário executivo, né? Naquela já era esse o nome. Aí eu falei: “— Tá bom. Eu vou almoçar, vou tomar banho e vou aí”. Ele disse: “— Não, Doutor Élio, você não está entendendo. Nós queremos sua presença aqui agora”. O ministro tinha viajado, né?, o Osiris. Aí eu tomei banho, nem almocei, e fui lá. Eram umas onze e meia quando eu cheguei. Aí estavam o Paulo Ximenes e a Dora e mais um outro cidadão lá, era o secretário da Energia, que foi o primeiro. Acho que ele tem até escritório em São Paulo. [Inaudível] foi um cara excelente. Aí fizemos uma reunião. Ele disse: “— Olha, nós queremos que você volte para o órgão (lá para o CNP, que ainda não tinham acabado) porque o Coronel Vasconcelos e o Coronel Canto deixaram o

órgão. Não tem ninguém lá. Aí depois eu cheguei lá, tinham roubado máquinas, aquelas máquinas de esfera da IBM. Não tinha computador ainda, estava começando. E aí... “— Nós queremos que você assuma agora”. E eu fui tão idiota que eu não negocieei salário, não negocieei cargo, nada”.

SL – Aceitou.

EBV – É. Aí eu fui, fiquei três meses trabalhando de graça.

SL – A Auxiliadora falou isso.

EBV – Fui muito inocente, né? Mas... Funcionário público...

SL – Mas aí vocês voltaram para a própria sede do CNP?

EBV – Eu voltei. A Maria Auxiliadora, não. Ninguém voltou. Ela ficou trabalhando um tempão, acho que uns seis meses, no Ministério de Minas, lá do lado do gabinete do ministro. Porque estavam criando os órgãos ainda. Eles extinguiram os negócios sem criar nada. Ficou um negócio solto assim...

SL – Ficou um hiato mesmo.

EBV – Total. E não foi privilégio do CNP. Foram vários. E aí eu fiquei lá conversando com todas as diretorias. O que eram diretorias? Não tinha mais nada. Dizendo: “— Não, mas por que a Dora não vem aqui?”, porque ela era da Petrobras, não sei o que. E ela já estava aposentada. Mas a turma tinha um pé atrás com relação a quem estava assumindo.

SL – Com toda razão, né?

EBV – Os fiscais, que eram mais organizados, tinham uma associação. Nossa Senhora. E eu que fiquei apagando incêndio, apagando, apagando. Até ela ir lá e a gente começou de novo do zero.

SL – Aí ela se instalou lá.

EBV – Foi. Se instalou e começou a montar a diretoria, chamava um, chamava outro. Às vezes as pessoas não queriam. E ela não queria trazer ninguém da Petrobras porque já tinham...

[FIM DA FITA 1 – B]

SL – [inaudível] do DNC.

EBV – É. Então a Maria Auxiliadora tinha muita preocupação de ter muita gente da Petrobras porque a gente tinha muita interferência no setor privado, né? As usinas, as distribuidoras. Ela tinha trabalhado também na BR Distribuidora, no SINDCOM. Então ela sabia como funcionava o negócio. Então ela não queria ninguém para ocupar a diretoria que fosse da Petrobras. Acabou acontecendo uma diretoria lá, parece que era do planejamento, não estou bem lembrado. E o substituto dela, que era o Osmar Ivo, que era o diretor adjunto.

SL – Que era da Petrobras.

EBV – Que era da Petrobras. Mas tudo aposentado. Não era do quadro mais. Então a gente ficou lá. Eu continuei como chefe de divisão de abastecimento, que coordenava aquelas reuniões todas. Nós tínhamos reuniões de solvente, de parafina, de GLP, de álcool, gasolina e diesel, de cabotagem, que era toda semana.

SL – Transporte?

EBV – E das ferrovias. A gente tinha umas oito reuniões por mês e acompanhava todo dia. Porque é muito dinâmico o abastecimento. Sempre tem problema.

SL – No CNP o senhor tinha esse cargo de terceiro escalão. Mas na nova organização o senhor sobe.

EBV – Não, eu continuei lá na divisão. Eu era assessor e passei para ser chefe de divisão.

SL – Ah, tá. Dentro da coordenadoria. Da coordenação do abastecimento.

EBV – Isso. Na época da Dora veio Mario Santos como diretor de abastecimento, que até então era presidente do órgão ONC, do órgão nacional de sistema do setor elétrico. Ele agora saiu e foi para a iniciativa privada.

SL – ONS.

EBV – ONS. E depois entrou... Depois que o Mario Santos saiu – que ele era do setor elétrico, só estava passando uma chuva aqui – entrou o Ervaldo, também que veio da Eletronorte, conterrâneo nosso, também do setor elétrico. E quando o Ervaldo saiu eu assumi, mas já na época do Paulo Motoki. Porque depois do Ervaldo entrou o diretor, o Marcelo Guimarães Mello, e colocou um diretor de Minas, de lá de Minas Gerais, que era o Dimas. Mas eu não perdi, eu continuei lá. E quando Paulo Motoki assumiu eu passei a diretor, que não era diretor, era coordenador de abastecimento.

SL – Eu não sei porque, mas eu achei que a sua trajetória foi parecida com a do Carlos Orlando. Mas Carlos Orlando vai para a coordenação mais rápido.

EBV – Não, foi na mesma época que eu, com o Paulo Motoki.

SL – Foi com o Paulo Motoki? Então é uma trajetória muito parecida mesmo.

EBV – É. Eu não sei se o Carlos chegou a ser chefe de divisão porque ele era assessor.

SL – Eu sei que ele foi coordenador, isso eu sei.

EBV – E ele trabalhou no planejamento também, na época da Dora. Eu fui chamado primeiro do que o Carlos Orlando. Carlos Orlando... Nós é que falamos para a Dora chamar o Carlos Orlando.

SL – O senhor entra antes.

EBV – Antes dele. Lá no ministério é ela que pergunta... Porque tinha indicação contrária, para ele não ir. Porque ele era ligado ao SINDCOM, não sei o quê. Aí nós falamos que não, que ele trabalhava com preço, que era interessante, que ia colocar quem lá? Depois ela trouxe, agora que eu lembrei, um funcionário do quadro da Petróleo Brasileiro S.A. para ser diretor de preço. Mas como a Dora entendia muito de preço, a rigor ele não... Eu estou tentando lembrar o nome do cidadão aqui. Ele não dava muita... não dava muito pitaco não, sabe?

SL – Ela mesma...

EBV – Ela é que entendia do negócio. Porque ela só cuidava disso na época da BR, do SINDCOM. Então ela entendia para caramba.

SL – E quais foram as principais mudanças em termos de atribuições? O CNP era mais forte que o DNC.

EBV – Muito mais, muito mais. O DNC foi esvaziado primeiro pelos técnicos, que demitiram todos os técnicos. Mas era o propósito do Fernando Collor, como foi o de Fernando Henrique. Funcionário público não é para ter vez mesmo, não é para ter vez nem voz. Nem voz nem vez. Então nós ficamos batalhando porque a gente conhecia. Ninguém conhecia derivados de petróleo, abastecimento como a gente, que estava lá há dezessete anos, dezesseis anos.

SL – E era uma equipe antiga.

EBV – Antiga. E todos técnicos. Não tinha indicação política lá. Era tudo técnico. Porque na época do General Oziel não tinha esse negócio de apadrinhar, de deputado ou disso, daquilo. Não tinha esse negócio. Tinha a família. Você trazia um irmão ou um parente, como eu levei meu irmão.

SL – Seu irmão não fez concurso?

EBV – Fez concurso. Ele é do quadro. Todos fizeram. Então tinha essa coisa, assim, de família e funcionava direitinho. Mas o DNC... Aí a Petrobras começou a ter mais força. Mesmo ela também tendo sido esvaziada. Porque congelaram os salários de todo mundo, a rigor... das estatais. Ficou todo mundo nivelado com o salário baixo. Não por cima, mas por baixo. O Banco do Brasil, que era uma referência de salário, de salário e de bons funcionários. Então eles nivelaram por baixo. Mas aí a Petrobras ficou muito forte, ela não dava muita bola para o DNC. Mesmo assim, quando a gente era coordenador, a gente trabalhava muito junto. Porque eram as pessoas que a gente conhecia de muito tempo atrás.

SL – Eram as mesmas pessoas.

EBV – Então a gente se respeitava e se ajudava.

SL – No plano pessoal, né? Porque no plano institucional...

EBV – Ah, não. Fica uma diferença enorme. Bom, eu não vou pular para a ONP, mas a gente vai chegar lá.

SL – Então vamos falar da desregulamentação.

EBV – A desregulamentação...

SL – Começa aí, né? Com o DNC.

EBV – Começa com o DNC. A desregulamentação foi quando o Collor falou: “— É para desregulamentar esse negócio e é para acabar com todo esse entulho que tem aí, esse entulho autoritário”. E a Dora, a rigor, foi demitida por conta disso, da desregulamentação. Porque ela contrariou os interesses do presidente da FECOMBUSTÍVEIS, que é presidente até hoje, chamado Gil Siuffo.

SL – Famoso Gil Siuffo.

EBV – Que é compadre do presidente na época, que era o Itamar, e ele falou que a Dora estava protegendo, estava querendo acabar com o setor dele, com a FECOMBUSTÍVEIS. E na realidade não era isso. Pela desregulamentação não fazia mais sentido ter SINDCOM, ter Sindicato não sei de quê, não sei de quê porque ia estar aberto e não precisava ter um representante. Você se representava lá.

SL – O próprio empresário?

EBV – É. Era muito ruim para a gente porque, já que a gente fazia reuniões, ia encher como encheu. A reunião era limitada a meia dúzia, passou para ter cinquenta, sessenta. Mas era muito mais transparente.

SL – Eu estou falando, por exemplo: antigamente a reunião com as distribuidoras era só BR, Shell...

EBV – Que era o SINDCOM que ia em nome delas. Não tinha nenhuma outra, eram seis.

SL – Ia um representante?

EBV – Era.

SL – Era uma conversa entre...

EBV – Unilateral.

SL – Uma coisa numa sala pequena. Depois teve que partir para um auditório.

EBV – Sim. Aí tinha sessenta pessoas. Cinquenta, sessenta. Com o setor do álcool era a mesma coisa. Era a COOPERÇÚCAR, SOPRAL, não sei o quê. Uma meia dúzia. Essas entidades continuaram participando, mas quem não queria pagar um sindicato, achava caro, ele ia pessoalmente. E sabia como é que era direcionada a cota dele, quem ia comprar a cota dele,

sabe? Então ficou um negócio muito mais democrático nesse ponto. Mas a Petrobras que ditava as regras no caso dos derivados de petróleo. Você não tinha muita flexibilidade. E a gente nem queria comprar briga com a Petrobras porque ela era... Apesar de ser do governo, ela estava produzindo o negócio lá. Então eu, particularmente, nunca tive problemas com nenhum deles: nem SINDCOM, nem FECOMBUSTÍVEIS nem nada. Mas aí a gente que fazia a regulamentação depois da desregulamentação. E também foi um negócio muito democrático. Hoje eles colocam na internet, falam: “Tem sessenta dias para você se pronunciar”. A gente convocava as pessoas. Dava as minutas, que chamava de bonecas, eles iam lá, enxertavam do jeito que queriam, voltavam.

SL – Eles faziam sugestões?

EBV – Sugestões no papel que a gente dava.

SL – Em cima de uma proposta básica.

EBV – Isso. Que era feita... Não era feita por mim, Élio, nem minha equipe. A gente chamava a fiscalização, o planejamento e o laboratório. Todos participavam internamente. Isso... Não se fazia isso. Tinha um grupo lá de consultores jurídicos que faziam esse negócio na época dos gerais, tinha um plenário que era discutido com todo o segmento, que você já sabe, que era o plenário lá. E aí as normas saíam ali. Com a desregulamentação, nós é que passamos a fazer. E aí ia para o Ministério.

SL – Não chama plenário, não.

EBV – Não. O Minfra que fazia. E a gente fazia e levava para o ministro, que era o Minfra. E discutia lá também com o jurídico para dar a forma jurídica porque não podia ser qualquer coisa. Apesar de ser norma administrativa, tinha que ter um respaldo na lei, nos decretos e tal. Então eles começaram a participar, todo o segmento de abastecimento. Tanto o de solvente quanto a TRR, distribuidoras, tudo. Não ficou restrito. Então esses, o Gil Siuffo, o Omar Carneiro, que era presidente do SINDCOM, começaram a perder poder. E era isso que a Dora queria. O governo queria isso. Para não ficar aquele troço monopolizado, aquela coisa muito

ruim, que eu acho... eu achava. E aí eles começaram a se articular: “— Não, não pode ser assim porque vai entrar um monte de picaretas”, porque não sei o quê, pá, pá, pá. Mas, mesmo assim, começaram a entrar processos pedindo o registro de distribuidora, de TRR, de posto revendedor, que demorava um ano para sair.

SL – Esses procedimentos foram agilizados.

EBV – Foram todos agilizados. Felizmente. Agora, tivemos sérios problemas já com a Petrobras porque ela tinha o dinheiro que era do CNP, nunca tinha prestado conta e isso foi...

SL – Que dinheiro é esse?

EBV – Era do Imposto Único. Foi para lá.

SL – Então quando ele foi para a Petrobras ele foi sob condições, digamos assim? Que o destino fosse informado.

EBV – É. Porque o que acontecia? As despesas que eram geradas no CNP mandava para a Petrobras e a Petrobras que pagava. Era um caixa 2 do CNP lá na Petrobras, para usar uma linguagem atual [risos]. Que Deus me livre e guarda de caixa 2. Mas, aí, veja o que aconteceu. Na hora de fazer o encontro de contas com essas mudanças de DNC e ONP, aí começou a gerar um problema sério. A Petrobras disse: “— Não, vocês me devem 5 bilhões e eu tenho 8 de vocês aqui. Vou pagar 3, tem que fazer um encontro de contas”. E o Carlos Orlando participou ativamente, não sei se ele falou disso. E a Dora também porque a Dora batia para caramba na Petrobras. Porque ela conhecia como funcionava a empresa, a interna. A gente conhece, mas é superficial. E aí colocaram o Tesouro Nacional nas reuniões e foi um parto enorme. Mesmo assim... Eu não participava, mas eu falava: “— Vocês não esqueçam que a Petrobras pegou o dinheiro do Pró-Álcool e fez essas tancagens todinhas no país e ela tem que prestar contas”. Mas não prestou. Nesse caso acabaram esquecendo. Tem uma base aqui em Brasília, tem em Maringá, tem no interior de São Paulo.

SL – E são bases dela?

EBV – Hoje são porque hoje é patrimônio dela mesma.

SL – É patrimônio dela.

EBV – É. Mas, aí, no encontro de contas não fizeram isto: “Quanto vale esse negócio?” Saiu dinheiro do Pró-Álcool.

SL – Isso foi feito com o dinheiro...

EBV – do Pró-Álcool, do governo. Que ela era governo, mas tinha que...Então a gente teve esses probleminhas. Eu não sei se a Dora falou esses detalhes para você, mas a gente fazia reunião, eu trabalhava até sábado e domingo na época. Porque o negócio foi feito muito errado, né? E quando chegava à presidência da república, a gente lia o Diário Oficial: “— Poxa, revogaram os decretos todinhos do DNC”, que era CNP. Porque quando foi criado o DNC dizia que, como foi feito com a ONP, né? “Absorve as atividades até então executadas pelo CNP”.

SL – E não foi bem assim.

EBV – Não, não foi. Mesmo assim as pessoas respeitavam muito a gente, sabe, Sérgio. E aí, na sequência, como as pessoas não ficaram, ficaram o quê? Só ficou o Carlos Orlando, no final das contas. Aí...

SL – A ONP na verdade... Hoje o quadro da ONP é um quadro que tem pouco a ver com essa...

EBV – Ah, não tem nada a ver.

SL – O Carlos Orlando seria o...

EBV – Seria o único. É o único que ficou lá. E essas pessoas ficaram aqui em Brasília, mas não está no...

SL – No núcleo do PT.

EBV – É, exatamente. O que é lamentável porque a direção da ONP tinha que estar em Brasília. Talvez o refino e... Nem o refino. O pessoal da prospecção é que tinha que estar lá, né? Porque quando... Eles têm que estar aqui do lado do congresso, do lado do presidente, do lado do ministro. Eu me lembro que o Davi — abrindo um parêntese de novo, porque a gente não chegou na ONP —, ele não queria vir para as comissões aqui. Então o que ele fazia? Ele inventava uma viagem, ia para Nova Iorque, mandava o Horta, mandava sei lá quem, outro cara. E os políticos, os deputados ficavam “P” da vida porque quando eles chamam a pessoa eles querem o presidente, eles não querem o...

SL – O assessor.

EBV – Não. E está certo. É um desrespeito. Mas o Davi foi convocado umas cinco, talvez ele tenha vindo umas duas. Porque ele tinha ojeriza a esses deputados. Porque realmente nossos parlamentares... Aqui para nós: é uma tristeza. Se você assistir a uma sessão dessas, eles fazendo perguntas para um empresário, é piada. Não sabem formular uma pergunta. Então tinha que ser mais bem assessorado, ter alguma coisa escrita. Mas político não gosta disso, é no improviso mesmo. Mas voltando para a nossa vaca fria...

SL – Ainda estamos ali... O senhor já falou da saída da Auxiliadora...

EBV – da desregulamentação muito rápida, né?

SL – É. E os depoimentos, inclusive, tanto dela quanto do Carlos Orlando, batem muito nessa tecla de que a coisa foi feita com muita rapidez. Uma rapidez excessiva, né? A Auxiliadora pouco fala de depois dela. O Carlos Orlando é que fez realmente uma linha de tempo até os dias de hoje praticamente. E ele falou do mineiro, do Marcelo. Mas o senhor, antes de dar o depoimento, deu algumas informações interessantes sobre o assessor da Auxiliadora.

EBV – O Marcelo, a rigor...

SL – Marcelo...

EBV – Marcelo Guimarães Mello. Ele é um cara... Ele tem cara mais de pesquisador do PT, de envolvimento com o social do PT, do que um executivo. Ele é... Acho que ele é político, mas não deixava demonstrar que ele era um político partidário, de envolvimento com o PT, assim, em termos de... Eu conversava muito com ele por conta do álcool, que ele tinha aquele Programa do Álcool e do Leite.

SL – O nome do programa era esse mesmo?

EBV – Era. Tinha uma cartilhinha, ele fez uma cartilhinha.

SL – Isso foi editado pelo DNC?

EBV – Foi. O DNC que pagou, né? Que dizia que o caminhão que ia pegar o leite podia trazer o álcool ou a cana para o engenho para moer a cana e transformar em álcool porque lá tem muito pingueiro. E os pingueiros... Para fazer álcool não precisa de muita coisa. É só uma coluna, uma coluna de destilação.

SL – Pingueiro é aquilo que faz cachaça?

EBV – Faz a pinga, isso, cachaça. E tem muito lá em Minas. E aí ele se envolveu com esse negócio e trouxe o pessoal da Fome e da Miséria, que foi um programa criado pelo Itamar, e criou um núcleo desse pessoal que ficava do lado do gabinete dele. E a gente não entendia nada. A gente trabalhava com abastecimento, com petróleo, e de repente esse pessoal estava lá com esse movimento que envolvia as empresas para ajudar esse pessoal da Fome e da Miséria.

SL – Essa cartilhinha era dirigida aos pequenos produtores?

EBV – Era.

SL – No país inteiro...

EBV – No país inteiro.

SL – Não teria nenhuma por aí não, né?

EBV – Não. Mas, olha, bem recente eu vi esse negócio. Eu não sei se está na minha casa... Porque eu guardei, né? Essa aí eu guardei.

SL – E esse programa não...

EBV – Não, não deslanchou porque não tinha como deslanchar. As micro destilarias que foram criadas na época, todas, fecharam. Porque a gente tinha um estudo ainda da época do CNP que uma destilaria, para se manter, tinha que fazer no mínimo cinquenta milhões de litros por ano de álcool. Só álcool. Ela empata despesas e receita. Para baixo disso você não sobrevive, é só prejuízo. E essas micro que foram incentivadas...

SL – Elas faziam álcool...

EBV – Álcool mesmo, para a gente, para o governo. E essas micros... A proposta da micro era isso. Porque era um programa familiar, como tem hoje. [Toca o telefone]. Desculpa. Alô.

[INTERRUPÇÃO NA FITA]

EBV – Sérgio, então as micro e pequenas destilarias, que foram incentivadas desde o início... Acho que foi na década de 80, nem foi no início do Pró-Álcool, já foi bem depois. Como também aqueles programas, que na época chamava Biodiesel... Não. Era Diesel mesmo, diesel de vegetais.

SL – Mamona...

EBV – É, dendê, esses negócios. Na década de 80 isso foi pesquisado exaustivamente, mas não dava certo porque o preço do petróleo abaixou, então agora esses programas estão voltando.

Felizmente. Então, as micro... A gente comprava até de algumas micro aqui pertinho, Paracatu, tinha outras em Minas, tudo familiar. Mas não tinha como sobreviver, o custo era alto, de produção. Não tinha. Fora os problemas ambientais porque ainda não tinha sido direcionado o vinhoto para adubo. Ninguém sabia ainda desse tipo de... Não tinha sido pesquisado que servia como adubo. Então não deu certo. E o Marcelo Guimarães insistiu. Inclusive depois que ele saiu do DNC ele foi a Cuba para vender esse programa para o Fidel Castro. Mas também não deu certo lá porque lá é tudo estatizado. Talvez fosse mais fácil, mas não é porque ninguém tem o... Pode ser quer agora eles comecem a fazer álcool, mas lá tudo era direcionado para açúcar.

SL – Ah, lá não tem produção de álcool.

EBV – Não. Parece que eles querem fazer agora para substituir o petróleo. Porque o açúcar era todo mandado para a Rússia e a União Soviética financiava para eles o petróleo. Então era fácil, era uma troca. Mas depois que acabou a União Soviética eles ficaram... E os Estados Unidos continuam sacaneando eles, então... Mas o Marcelo Guimarães esteve lá e o Programa do Leite e Álcool não deu certo. Não foi nem implantado porque não era...

SL – Não chegou nem a ser implantado?

EBV – Não, ele não era... Ele ficou pouco tempo lá também, ficou...

SL – Meses...

EBV – É. Seis meses, oito meses, um negócio desses.

SL – Ele saiu porque ele quis ou...

EBV – Eu acredito que não dava para... Como ele queria implantar um negócio e não deu certo... Porque o governo tinha por obrigação de comprar. Naquela época a gente já não tinha mais aquela obrigação de comprar um doze avos, sabe? A gente pegava a demanda das

distribuidoras. Se fosse um bilhão de litros e a oferta fosse cinco, a diferença não ia ficar com a Petrobras, ia ficar com o usineiro.

SL – Prejuízo dele.

EBV – Ele que ficasse lá estocado ou imobilizado. Então já era outro cenário e aí não deu certo, o Programa da Fome e da Miséria também não deu certo porque lá dentro não dava para alavancar nada e eles acabaram saindo. Acho que ele foi se candidatar a alguma coisa lá, não deve ter sido eleito.

SL – Não. Tenho certeza que não.

EBV – Então ele saiu.

SL – Acho que ele é professor da UFMG.

EBV – Olha, tem um deles que já era. Acho que o Dimas, que foi do abastecimento, ele era.

SL – Nessa época?

EBV – Era professor. Eu não sei se o Marcelo era professor. Mas ele era um cara educado, muito tranquilo, mineirão, assim. Tem uma fazendinha lá que criava... Ele me dizia tudo. Criava minhoca para fazer adubo orgânico, queria criar escargot. Tudo dele eram pequenas coisas para pequenas propriedades. E no DNC...

SL – Um homem fora do tempo.

EBV – É, não dá... Você tem que ver macro, o país é enorme. Não é um país do tamanho do Espírito Santo, como a gente vê os países da Europa. Do tamanho de Pernambuco, Alagoas, um negócio muito pequeno. O país é continental e os problemas são enormes. As pessoas, os nossos políticos principalmente, eles não enxergam assim. Lamentavelmente. E a maioria dos intelectuais também não enxerga assim.

SL – Então o Marcelo... A marca dele foi esse projeto que não deu certo. Ele sai e ainda no governo Itamar vem o Doutor Paulo Motoki. No mesmo momento em que o senhor...

EBV – Aí eu fui para a coordenação. O Marcelo, para você ter uma ideia, voltando um pouco para o Marcelo, ele não criou absolutamente nada para o órgão. Nenhuma portaria, nenhuma...

SL – Ah, é?

EBV – Nada, nada, nada. A portaria era da Fome e da Miséria que, a rigor, não tinha nada a ver com o órgão.

SL – Ele não produziu legislação?

EBV – Não, não. Interna, não. Nada. Porque não era esse o papel dele. A gente... Na época o ministro era um deputado, de Minas também, que não era do PT...

SL – O PT não estava no ministério Itamar. A única ministra do PT que foi para o ministério do Itamar foi expulsa do PT.

EBV – É a Luíza Erundina. [Música tocando]. Deixa tocar, senão vai aparecer aí. Esse hino da França.

[INTERRUPÇÃO NA FITA]

SL – Não tinha ministro, o PT não tinha ministro.

EBV – Não. Eu esqueci do nome do ministro, mas ele era um deputado. Não era muito atuante também, mas era PFL ou PMDB o cidadão. E ele tinha sérios atritos com o Marcelo. Eu fui uma vez a uma reunião com o Marcelo exatamente nessa coisa de álcool, sabe? Falar com o ministro. Cara, o ministro não quis ouvir o Marcelo. Ele me ouviu porque eu fui falar de álcool e aí o Marcelo começou com essa história do pequeno... das pequenas unidades produtoras,

micro, de cachaça, fazenda de leite. E aí o ministro disse: “— Não quero ouvir isso, Marcelo. Isso é inviável. Não tome meu tempo aqui. Vá falar com o jurídico”. Porque tinha que ser uma portaria para regulamentar o negócio. Aí foi falar com o consultor jurídico. Eu não sei se era um baiano, nem me lembro mais quem era a pessoa. Aí ele falou: “— Não, está bom, mande a minuta para a gente analisar se é viável, se não é”. Aí depois o cidadão saiu e esqueceram o projeto do Marcelo Guimarães Mello. Mas no setor sucro-alcooleiro era chacota o Marcelo. Eu fui dar uma palestra com Osmar Ivo logo no comecinho, lá no interior de São Paulo, num grupo de pequenos... Não, novos empresários que eram os netos e os filhos dos usineiros que estavam assumindo e eles estavam recebendo treinamento de vários órgãos, eles faziam questão de ter seminários, palestras a respeito dos órgãos. E, quando a gente chegava lá, eles falavam: “— Mas e aí, esse Programa do Leite e do Alcool? Não vai azedar o leite?”, era cheio de piada, né? Bom, aí o Marcelo saiu, não sei para onde ele foi. Aí entrou o Paulo Motoki. Eu também não me lembro o mês.

SL – [inaudível]

EBV – E aí o Paulo Motoki me chama lá – porque eu já conhecia o Paulo Motoki – e aí ele disse: “— Olha, eu... Você não vai continuar mais como chefe de divisão e você vai assumir a diretoria de abastecimento”. Só que não era mais diretoria, era coordenação, coordenadoria de abastecimento. Aí eu já tinha uma equipe que trabalhava comigo. Aí eu descí, eu não dei a resposta na mesma hora. Conversei também com meus irmãos porque aí eu ia ficar bem mais ocupado, não tinha mais muita flexibilidade. E aí reuni a turma toda. Eles já gostavam de mim sem eu saber, assim, muito. Aí falou: “— Não, tem que ser você mesmo”. Aí assumimos e ficamos lá. Era uma equipe de 28 pessoas.

SL – Da coordenação.

EBV – Da coordenação. Tinha ligação com preços principalmente porque tudo que era gerado de cota de abastecimento a gente mandava para eles checarem se as distribuidoras estavam mandando corretamente os volumes e era o Carlos Orlando que autorizava pagamento, ressarcimento. Até acabar. Mas a gente trabalhava muito afinado com Petrobras, com todas as distribuidoras. Aprovamos várias distribuidoras novas já nessa época.

SL – Era o teu setor que fazia isso?

EBV – Era. Nós tínhamos os engenheiros, que aprovavam as plantas das bases de distribuição. Um deles inclusive ia para lá hoje, para o nosso almoço.

SL – Ah, é?

EBV – Não foi. Mas ele trabalha na presidência da república, no patrimônio lá. É o Fábio Mota.

SL – Eu vi o senhor falar no telefone. Cada distribuidor...

[FINAL DA FITA 2 – A]

SL – Eu estava perguntando sobre a história das bases. Essas bases... Cada distribuidora nova que entrava no mercado tinha de ter a sua base e o tamanho da base variava de acordo com a proposta que ela fazia? Como é que era isso?

EBV – Não. Até hoje é assim, né? Ela tem que ter uma base mínima com tancagem mínima. Aliás, são cento e cinquenta mil litros... cento e setenta mil litros. Ela tem que comprovar que ela tem capacidade financeira para comprar produto. Eu não concordo muito com isso porque eu acho que isso é atribuição de quem vende o produto e não da ONP, que era o DNC também, né?

SL – Que já vem desde o DNC.

EBV – Isso. E tanto para comprar produto quanto para pagar os impostos que tem que recolher também. Então ela tem que comprovar ou através de declaração de imposto de renda ou de patrimônio...

SL – [Inaudível] os seus sócios...

EBV – Isso. A capacidade financeira que ele tem de pagar esse negócio com o próprio produto. E não pode ter dívida com a União, isso é pesquisado também. A base... os engenheiros vão – iam e vão – fazer a vistoria técnica, a SETESB faz, no caso de São Paulo, no Rio chama-se FEEMA. A ONP, se eu não me engano, tem convênio. Na época do DNC não tinha convênio, mas se exigia um documento...

SL – Um laudo?

EBV – Isso, dizendo que... A autorização operacional, um negócio desse, dos órgãos de meio ambiente e do corpo de bombeiros. Então... Uma burocracia que é necessária por conta de segurança e de meio ambiente.

SL – Essas bases ficam sempre próximas às refinarias?

EBV – Algumas ficam, outras ficam no interior. Eu fui voto vencido. Eu fui contra esse tipo de base porque as bases que a gente tinha na época... Depois da década de 80 se construíram algumas no interior, principalmente BR, Ipiranga e Shell também acho que construiu algumas. As bases que a gente tinha já eram suficientes para abastecer o Brasil todinho e ainda sobrava espaço. Mas o SINDCOM, como era fechado, nós seis lá, não abria espaço para nenhuma delas entrar, sabe? Então você tinha a autorização do DNC, mas você não tinha a base e nem tinha acesso aos dutos da Petrobras. Então você criou um problema enorme porque você abria o mercado, mas elas não têm acesso, não tinham acesso. E aí o que é que aconteceu? As primeiras tinham que construir próximo à refinaria, determinar que a Petrobras interligasse com o duto... o duto até a tancagem da distribuidora nova. O que foi uma luta porque a Petrobras não queria de jeito nenhum.

SL – Esses custos seriam pagos pelas distribuidoras ou...

EBV – Não, pelas distribuidoras. O governo não tinha...

SL – Mas mesmo assim a Petrobras não queria...

EBV – Não. E esse pedacinho de duto que tem, que a gente chama de ponto A, que é onde os produtos da Petrobras passam, e o ponto da distribuidora, a tancagem da distribuidora, vamos dizer... Dá quinhentos metros, cem metros. Esse duto, a partir do momento em que a ONP autoriza e começa a bombear, esse duto não é mais da distribuidora, é da Petrobras. Passa a ser dela automaticamente. Então... A lei dos dutos também eu fui contra. Já mudaram umas duas vezes, mas ainda não funciona direito. Eu queria o modelo canadense, que eles vieram aqui dar palestra para a gente.

SL – O que reza essa lei?

EBV – Ele diz o seguinte, lá no Canadá: o duto foi construído por você, por Sérgio. Mas, se o Élio entrar com a distribuidora, você tem que abrir espaço para ele. E não tem contestação na justiça. Porque tem um conselho de que a justiça faz parte. É o município, o estado, a nação, o poder judiciário, o poder do município, todo mundo participa daquele conselho daquele duto. É para ninguém entrar na justiça dizendo: “— Olha, o Élio não entra porque é barbudo”, sabe? Eu queria esse modelo. Mas não fizeram esse modelo. Fizeram o modelo americano. Só que dentro do Canadá tem um duto que liga Canadá e Estados Unidos que a legislação é a canadense. Mas os outros, não. O teu duto é teu, você só abre se você tiver capacidade ociosa, que é o da Petrobras que é assim, né? Que a [ABP] quis entrar para pegar não sei quanto de gás aí e a ONP teve que modificar umas duas vezes a legislação, se não me engano. Aí eu fui voto vencido, falei: “— Eu também já não vou estar mais aí mesmo”. Mas a gente começou a liberar. Entraram, na época em que eu estava lá, a ALE entrou. Eu estava lá a SALENCO entrou. Não, a ALE eu que tirei o registro, eu já estava fora. Acho que a ALE é de 96. 96 ou 97. Mas várias entraram... [Fox], do Paraná, tem um monte que entrou naquela época. Só que tiveram que fazer base e depois se interligaram por Petrobras. Agora, não. Agora tem quase trezentas distribuidoras, todas têm que fazer uma tancagem. Só que a ONP fez um negócio muito certo agora. Ela modificou a legislação e colocou o seguinte: que você pode arrendar por cinco anos, de quem já tem, uma tancagem mínima de setecentos e cinquenta mil litros e renovar por mais cinco anos. Muito interessante.

SL – Existem, então, bases não usadas pela Petrobras, por exemplo?

EBV – Tem, tem. Tem muitas bases.

SL – E essa lei então... A Petrobras seria obrigada... Se está ociosa, a Petrobras...

EBV – Não, aí é o duto, né? É duto, não a base. A base a Petrobras arrenda espaço. Hoje ela arrenda espaço.

SL – Arrenda espaço dentro da base.

EBV – Dentro da base. Que é interligada com as refinarias dela e os dutos dela. Hoje a Petrobras já faz isso. Mas no começo foi muito dolorido.

SL – Essas mudanças todas, pelo que eu percebo, pouquíssima coisa tem de ir para votação de congresso.

EBV – Ah, não. Não vai, não.

SL – Não vai não, né? Isso tudo tem uma outra... Tem um outro caminho, né?

EBV – É tudo dentro da ANP mesmo. Porque lá tem um colegiado agora. Na época do DNC não tinha colegiado. Era uma dificuldade. A gente tinha que apelar para o ministro. Você vê que as portarias mais importantes eram assinadas pelo Míinfra, pelo ministro de Minas... da Infraestrutura.

SL – E depois, quando [voltou a ser Minas e Energia]...

EBV – Depois era o ministro que assinava. As portarias mesmo, que regulavam o abastecimento, eram todas assinadas pelo ministro, não pelo diretor da ANP. Só outras, menores, é que eram pelo...

SL – Isso é uma coisa que... Quem é que determina o que vai ser assinado por quem? É uma coisa... Está entendendo a minha dúvida? Existe...

EBV – A lei. Eram a lei e os decretos que tinham regulamentando o DNC. Porque já dizia lá que o ministro tinha que assinar isso e aquilo.

SL – Mas tem dois tipos de portaria, então?

EBV – Hoje a ANP já mudou, mudou para Resolução, que tem outra conotação.

SL – Resolução. O CNP tinha Resolução também.

EBV – Tinha. Mas o DNC, não.

SL – O DNC foi isso, né? O CNP veio...

EBV – Exatamente.

SL – O DNC foi um período...

EBV – Perdeu muita força.

SL – Eu até comentei... Com quem que eu comentei? Foi com o General Roberto França e o Paulo Motoki. Eu nem sabia que tinha existido o DNC. Para mim foi assim... Foi uma grande surpresa saber que entre o CNP e ANC tinha havido alguma coisa, um órgão que fez a passagem.

EBV – A transição.

SL – A transição. Uma transição longa. Em termos de transição é, não é? Foi 90 a 98.

EBV – Porque, veja só, não estava no plano de ninguém do governo de criar a Agência. A Agência é uma cópia das Agências americanas. Mal copiadas, inclusive. Na minha... Como

técnico eu acho totalmente... Eu acho que os conselhos funcionaram melhor. Porque não deixa de ser um conselho, mas como o Conselho foi criação de milico, aí...

SL – Eu acho que, de alguma maneira, as Agências... Elas têm... Elas teriam mais a ver com esse Estado que se montou no Brasil de 90 para cá. Com essa preo... A impressão que eu tenho...

EBV – Com o neoliberalismo.

SL – Exatamente. A impressão que eu tenho é que os conselhos não seriam nada fora do Estado e as Agências...

EBV – São.

SL – Há pelo menos essa impressão. Não são. Na prática não são.

EBV – É, não são.

SL – Mas a intenção é ser uma coisa que fique fora da ingerência do Estado, que tenha uma autonomia. Mal comparando, é a mesma autonomia que ele dá para o Banco Central. Estou falando meio no chute.

EBV – Mas é.

SL – Intuitivamente eu percebo que é isso. É um poder paralelo, fora do Estado, na verdade controlando o Estado, dando limites ao Estado. Então é...

EBV – Se funcionasse assim era ótimo. Mas eles não deixam, os políticos não deixam. O governo não deixa por pressão dos políticos. Porque contraria interesses, né?

SL – A gente vê que esses órgãos têm também... As suas diretorias são ocupadas, em alguns casos, por indicações, né?

EBV – É isso.

SL – Doutor Élio, mais alguma coisa?

EBV – Não. A gente já entrou na ANP, né? Porque eu saí em setembro... em novembro de 95.

SL – Ah, temos uma coisa importante, sim, só para fechar. Que é exatamente a gestão do último diretor do DNC.

EBV – É, veja só...

SL – O [inaudível]

EBV – Quando o Paulo saiu, eu nem estava aqui, eu estava em São Paulo. Se eu não me engano, foi naquele seminário que eu falei para você que eu fui na USP, de álcool. Que o Davi, que era secretário de energia lá, que fechou até o seminário. Eu recebi um telefonema de Paulo. Eu estava na... que hoje é única. Não era única. Era uma Associação dos Produtores de Açúcar e Alcool de São Paulo, não me lembro como é que era o nome. Não era única, era outro nome. E aí ele me disse que ia sair: “— Eu vou entregar meu cargo hoje”. Eu falei: “— Deixa eu chegar aí em Brasília”, que eu ia chegar no outro dia. E ele falou “— Tá bom, eu vou te esperar”. Porque ele tinha ido para uma sabatina na Secretaria de Energia da Câmara e o Zica, que denunciou lá, uma denúncia que não era fundamentada, que tinha um funcionário da Shell no gabinete do Paulo Motoki, que era o gabinete do DNC. E não era verdade. O cara já era aposentado e tinha sido sondado para ajudar na regula... na criação da ANP – porque a ANP estava para ser criada – e tinha sido contratado pela Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia. Não sei se o Paulo falou isso.

SL – Falou alguma coisa também.

EBV – Que era o Peter Grein [SIC] que era o secretário. Também do setor elétrico. E aí o governo não mandou nenhum deputado para acompanhar o Paulo. O Paulo também não pediu

nenhum assessor parlamentar, nada. Foi assim, no [centro], para dar informação técnica. Quando chegou lá o...

SL – Eu lembro que foi um dos primeiros momentos do governo do Fernando Henrique, né? Primeiro ano.

EBV – Aí o Zica detonou, dizendo que o cara tinha um gabinete lá do lado da sala do Paulo Motoki, tudo mentira. O diretor adjunto era um militar indicado pelo que morreu depois... Como é que era? Pelo... Ah, meu Deus. Aureliano Chaves, se eu não me engano. Não era?

SL – Pode ser, pode ser.

EBV – Era coronel. Ele era até diabético. O cara era gente finíssima. E aí o Paulo Motoki foi conversar com Delfim e aí o Delfim disse: “— Olha, Paulo, é melhor você sair porque eles vão bagunçar tua vida, vão envolver tua família”. Não sei se Paulo te falou isso. Aí o Paulo falou “— Ah, é? Tá bom”. Aí foi para uma reunião de noite. Ele não esperou porque eu ia fazer uma confusão. Que, se eu estivesse aqui, eu teria ido com ele para a câmara. E aí o Paulo pediu demissão e indicou o Ricardo Pinto Pinheiro.

SL – Ah, foi ele que indicou?

EBV – Foi. Ele disse: “— Olha...” O Ricardo tinha sido secretário de energia e assessor do ministro.

SL – Na ocasião ele era assessor do ministro de Minas e Energia?

EBV – Era. E aí... Eu acho que o ministro era o Delcídio, se eu não me engano. Acho que era o Delcídio.

SL – Pode ser.

EBV – Se eu não me engano, era o Delcídio, que é um peixe ensaboado, né? Não gosto muito dele, não. Então, quando foi em agosto, o Paulo saiu e o Ricardo assumiu. E, quando o Ricardo assumiu, ele disse que não ia mexer nos funcionários do DNC. Em nenhum. Porque normalmente, quando um diretor assume, é um cachorro grande que late e expulsa todos os cachorros pequenos. Ele usou um termo assim, não sei se foi gato ou cachorro. E que não ia mexer. Aí ficamos achando... Eu ia entregar meu cargo e ninguém deixou ninguém entregar cargo nenhum. Porque é obrigação nossa. Cargo de confiança, quando o diretor assume, você fala: “— Olha, está à disposição”. “— Não, não precisa fazer isso”. Quando foi um belo dia... Bom, aí a gente ia despachar. Ele não entendia nada daquele negócio, absolutamente nada. Começou a fechar o órgão todo para não receber as pessoas porque ele ficava com vergonha...

SL – Da ignorância.

EBV – ... da ignorância. E aí eu não aceitava aquele tipo de coisa. Minhas portas sempre eram abertas porque eu não tinha medo. Eu não tinha rabo preso, não tinha compromisso com ninguém. E era tudo transparente e as reuniões corriam com todo mundo junto, muita gente. E aí, quando foi um belo dia, ele falou: “— Olha, você precisa me dar uma explicação, fazer uns desenhos para eu ver como é que funciona”. Eu falei: “— Não, já lhe falei como é que funciona. Tem umas reuniões aqui que a gente está tentando colocar trimestral porque eu não vejo necessidade, já que a gente não paga mais subsídio, de todo mês esse pessoal estar vindo aqui”. Aí ele falou “— Ah, a gente precisa acabar com isso. Não quero esse pessoal do órgão mais aqui e essas distribuidoras também não”. Eu falei: “— Ué, mas como é que a gente vai fazer? Eles ficam aqui um dia só. Chegam de manhã, às quatro horas já não tem mais ninguém aqui. Como é que a gente vai fazer essas planilhas de abastecimento?” Que era... É o Brasil todo, né? “— Não, mas a gente tem que arrumar um jeito”. Eu falei: “— Olha, Ricardo, essas reuniões eram três dias, a gente já reduziu para um dia. Então não tem como mais otimizar. Na hora que a gente informatizar pode ser uma reunião virtual. Mas isso tem que estar todo mundo nivelado, tem que fazer cursos”. Depois a gente fez também, eu até fui fazer com meus funcionários, na UNB. E ele não se conformava. O Carlos Orlando, que a gente participava... Toda segunda tinha reunião com o diretor para dizer o que tinha acontecido na semana anterior. Isso já vinha desde o Collor. E a gente explicava, explicava, ele não entendia. Aí ele falava para o Carlos Orlando: “— Olha, faz uns desenhos aqui para mim”. O Carlos ia ficar fazendo desenho para

ele. Olha aqui que eu faço... Não faço. Resultado: eu não ia mais despachar com ele porque ele não entendia. E eu tinha poder para assinar, aí assinava os processos de distribuidora, de TRE. Tudo que ia afetar a nossa diretoria lá eu assinava e mostrava para ele depois, né? “— Olha, isso aqui está aprovado”. Porque ele tinha que assinar para ir para o Diário Oficial. Aí, quando deu um belo dia, ele disse: “— Élio, eu quero a sua diretoria, vou trazer alguém da Eletronorte e você vai ficar como assessor dele”. Aí eu falei: “— Negativo. Pode me exonerar, eu não quero. Eu não quero. Eu não aceito”.

SL – Foi uma retaliação mesmo.

EBV – Lógico, lógico. E aí ele trouxe Carlos Orlando para o meu lugar, junto com um cara que era meu substituto, que era o Douglas, e colocou o Quijano, da Eletronorte, no preço. Foi um desastre total. Resultado: eles têm mais cinquenta processos na Polícia Federal. Por isso que um amigo dele levou ele lá para o BIRD. Mas ele ainda continua na ANP como diretor...

SL – Ele começou, é. E parece que trombou com o...

EBV – Com o Davi. Porque o Davi era um técnico, também era professor. Mas entendia de álcool. Resultado: no fim ele expulsou realmente todo mundo de lá. SINDCOM, distribuidoras, o pessoal do álcool. O álcool foi lá para o Ministério da Indústria e Comércio. Isso é um negócio totalmente louco, sabe? E aí a Petrobras passou a exercer o papel institucional do órgão.

SL – Do DNC.

EBV – Do DNC. Eu falei: “— Olha, se houver uma denúncia, a Petrobras vai se danar”. Porque ela está fazendo um papel que não é dela. Como é que ela é produtora e vai cuidar de abastecimento dos concorrentes da BR, que ela protege? Que a contabilidade é uma só? Porra, um negócio totalmente incoerente. E aí está isso até hoje.

SL – Essa inadequação.

EBV – Lógico. Porque o Davi acabou absorvendo o que o Ricardo Pinto Pinheiro colocou porque ele já vinha do CNP... do DNC. Ficou sei lá quantos meses lá antes da ANP. O modelo da ANP saiu errado para caramba porque tinha que... na minha cabeça tinha que sair como auditores mesmo e não como está hoje, que todo mundo conhece, né, Sérgio? Não vai ter poder nunca, aquilo. Eu acho. O Aroldo, que é um cara político e também é técnico, porque ele começou como técnico, se ele tivesse mais força dentro do partido, do PT. Do PSDB, do...

SL – Do PC do B.

EBV – Do PC do B ele tem. Ele é respeitado e tudo. Mas ele tinha que fazer mais... um esforço maior, até junto com a Dilma, que está aí na Casa Civil — o ministro de Minas não conta muito para a ANP —, para ela ter uma projeção muito diferente do que é hoje em termos de agência. Principalmente descontingenciar o dinheiro que ela tem para poder exercer a atividade dela decentemente.

SL – Isso aí foi falado, não com essa linguagem, mas o Doutor [Forman], principalmente, colocou alguma coisa nesse sentido. Vamos ver.

EBV – Olha, eu tenho feito muitos amigos lá dentro, quando eu conto que eu vim daqui e dali. O pessoal do refino... Eu já dei um monte de dicas para as portarias, já dei uma recentemente, para ficar mais abrangente, para a ANP saber quem é quem no mercado. O pessoal do abastecimento nem se fala porque era o Roberto antes, antes era outro cara que já era da...

SL – São superintendências.

EBV – É, superintendências. Que tinha um cara que era da Petrobras, também só foi lá para... Ficou seis meses para dizer: “— Eu passei por lá e agora sou consultor”. Eu fiquei chateado com ele e outras pessoas da Petrobras também ficaram. Mas no que eu puder ajudar... É como se eu estivesse lá ainda, sabe?

SL – É, você tem uma relação muito diferente, né?

EBV – Muito diferente. Eu não exploro a ANP para dizer “— Olha, me ajuda nisso”. Muito pelo contrário. Eu é que dou as informações para as portarias não saírem tão malucas.

SL – Isso aí a gente... Nós vamos fechar ainda o capítulo da ANP porque é o último capítulo do livro e, inclusive, a própria estrutura da ANP eu não domino ainda. Eu sei que tem uma lei, a lei é de 98, que ela organiza o órgão. Provavelmente até já tenha havido algumas alterações.

EBV – Isso aí a gente acompanha tudo na página da ANP. Isso aí eu nem...

SL – É. Não me preocupo porque é uma página excelente.

EBV – Melhorou bastante.

SL – É uma página muito boa para nós, inclusive recuperou muita coisa. As portarias, as atas do CNP estão todas lá.

EBV – Eu, apesar da ANP estar voltada para regulamentar mesmo, para regular, editar resoluções, que eram portarias... As portarias foram contestadas até na justiça. Porque eles dizem, o Hely Lopes já dizia que portaria é interno, é para você regular atividades dos funcionários, das coisas internas. E não para o público externo. Eu não sei se foi em função disso que eles passaram a fazer resolução. Que é o certo porque lá é um conselho. Tem um conselho, né? Então tem que ser resolução.

SL – Voltando ao que o CNP fazia.

EBV – Isso. Então, mesmo assim, ela deveria convocar as distribuidoras de um modo geral. Não só o SINDCOM, mas todas as distribuidoras, os representantes das distribuidoras, para ouvir o mercado. Sabe? O que está acontecendo no mercado? Por que tem tanta adulteração? De onde é que parte? Porque ela sozinha não vai conseguir nunca isso. Reduz num ponto e aumenta...

SL – Isso aí eu já percebi que é um dos grandes problemas que a ANP tem.

EBV – É a fiscalização e o abastecimento. O resto eu acho que está certinho. Eu tenho uma preocupação, como eu já te falei, dos negócios das concessões. De saber quanto realmente eles estão tirando de cada poço daquele, quanto está ficando para o país e quanto está indo para o exterior. Porque a Shell já manda para o exterior, a Petrobras também. Porque é um petróleo pesado, né? Será que essas informações estão certas? Como é que a ANP está fazendo essa fiscalização? Os engenheiros estão conseguindo realmente? Ela não tem helicóptero, não tem lancha.

SL – [inaudível]

EBV – Não tem... Ela está se valendo de quê? Da própria Petrobras? A Petrobras só é governo quando interessa para ela. Quando não interessa ela é empresa. E ela é uma multinacional, a gente não pode esquecer nunca disso. Multinacional não tem pátria. Não é?

SL – Eu acho que acaba tendo. Acaba tendo a pátria onde está a matriz.

EBV – Ah, sim.

SL – Nesse sentido eu acho que...

EBV – Mas, olha, no governo anterior, que é um negócio certo porque está na lei, a Petrobras alinhava os preços com o mercado internacional imediatamente. Quando o presidente Lula entrou já não é mais assim. Que para o povo, para a nação, é excelente. É o papel dela. Não precisa só ser empresa. Inclusive as empresas privadas já estão pensando nisso também. Porque está todo mundo ficando preso em um lugar. A sociedade está se deteriorando com problemas sociais seríssimos. Você tem empresas riquíssimas aí. E daí? Você não tem liberdade para andar na rua. Então vamos dividir a nossa riqueza, gerando emprego, principalmente, e dignidade. Não é dando dinheiro. Eu sou contra esse negócio de dar dinheiro, dar coisa. Agora, o que acontece com a Petrobras? No governo Lula está acontecendo isso. Ela deixou de ganhar eu não sei porque. Porque agora o preço do petróleo abaixou e o dólar também e ela está... ela não reduziu o preço. Então aquilo que ela perdeu na frente... deixou de ganhar lá atrás, está

recuperando. Ou talvez tenha recuperado todo, né? Agora, você falando de empresa, ela não devia ter feito isso. Eu, como acionista... Ela não devia ter feito isso, devia ter alinhado imediatamente. Agora, para o país era bom? Não era.

SL – Eu acho que, da pauta que eu trouxe, eu acho que a gente já...

EBV – esgotou.

SL – Esgotou. Eu queria saber se... Nós estamos. Eu estou um pouco preocupado com a hora. Mas eu acho que dá.

EBV – Não, mas o aeroporto aqui é tranquilo.

SL – Então é isso, Doutor Élio. Eu agradeço a sua colaboração, uma gentileza ter recebido essa entrevista. E com as suas palavras aí, do senhor.

EBV – Eu continuo à disposição de vocês. Pena que a gente não conversou antes porque sempre ia ter mais outras coisas que a gente ia lembrar porque já faz algum tempo que eu saí de lá, tem dez anos.

SL – Eu fiz a entrevista sem o seu currículo, o que é uma coisa que sempre a gente fica sem uma baliza, né [Risos]?

EBV – Ah, eu fiquei de mandar para você e não mandei, né? É verdade.

SL – Mas é isso.

EBV – É porque depois que eu me privatizei eu não tive mais currículo, né? Mas...

SL – Nós sempre temos currículo [risos].

EBV – Obrigado.

SL – Então tá. Eu vou acabar aqui. Uma boa tarde.

[FIM DO DEPOIMENTO]